



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA,
REALIZADA NO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2015

-----Aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2015, no Auditório Conde de Ferreira, realizou-se a sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.^a Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. Carmen Dolores Mártires Marcelino Cruz e João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Primeira e Segundo Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Lançamento de Derrama sobre a Coleta do IRC'2015, a cobrar em 2016;**-----
- 2. Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares'2016 – Fixação da Taxa;**-----
- 3. Imposto Municipal sobre Imóveis- Fixação da Taxa a aplicar em 2015, a cobrar em 2016;**-----
- 4. Taxa Municipal de Direitos de Passagem'2016 – Fixação;**-----
- 5. Atividade pecuária/exploração agrícola – Beco do Casal do Castelo, 6 – Corredoura – pedido de regularização da exploração – reconhecimento de interesse público municipal – Gil António Bravo Filipe da Silva;**-----
- 6. Atividade pecuária/exploração agrícola – Azoia – pedido de regularização da exploração – reconhecimento de interesse público municipal – Jorge Artur Santos Pinhal;**-----
- 7. Atividade pecuária/exploração agrícola – Rua Cidade Goa – Caixas – pedido de regularização da exploração – reconhecimento de interesse público municipal – Paulo Manuel Gonçalves Almeida;**-----
- 8. Atividade pecuária/exploração agrícola – Quinta da Queimada – Aiana de Cima – pedido de regularização do estabelecimento – reconhecimento de interesse público municipal – Sesinando Polido Marques;**-----
- 9. Estabelecimento de rações – Zambujal – pedido de regularização do estabelecimento – reconhecimento de interesse público municipal – Vitor Pereira, Ld.^a;**-----
- 10. Indústria moagem de Sesimbra – Zambujal – pedido de regularização do estabelecimento/instalação – reconhecimento de interesse público municipal – Joaquim Paulo Cunha Pereira;**-----
- 11. Instalação de centro de transformação de inertes – Herdade da Ribeira do Marchante – Quinta do Conde – pedido de regularização do estabelecimento – reconhecimento de interesse público municipal – Custódio António de Jesus Gaspar;**-----
- 12. Estabelecimento industrial de vidro acrílico – Zambujal e Aiana de Cima – pedido de regularização do estabelecimento – reconhecimento de interesse público municipal – Dagol, Ld.^a;**-----

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----13. Carpintaria e materiais de construção civil – EN 10 Km 21,2 – Quinta do Conde – pedido de regularização – reconhecimento de interesse público municipal – Francisco Lopes & Filhos, Ld.ª; -----

-----14. Fabrico de comboios turísticos – Rua do Pinheiro da Maçã – Maçã – pedido de regularização do estabelecimento – reconhecimento de interesse público municipal – Deltrain, SA. -----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: -----

-----Pelo Grupo Municipal da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, Francisco Manuel Soares Cordeiro, Nuno José Almeida Nabais Antunes, Maria Helena dos Santos Cancela Cordeiro, Rui João Graça Rodrigues, Alain Monteiro Grenho, Carmen Dolores Mártires Marcelino Cruz, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Abel João Francisco Valadão e Sérgio Fidalgo Carvalho;-----

-----Pelo Grupo Municipal do PS - Manuel José Cardoso Alves Pereira, Ana Paula Gato Rodrigues Polido Rodrigues, Nelson Carlos Simplício Pólvora, Manuel Barros Cardoso, Ana Paula Raimundo Piedade e Ana Paula Almeida Pinto Filipe; -----

-----Pelo Grupo Municipal do PSD/CDS-PP - José Manuel Lobo da Silva e Joaquim José Mendes Dias;-

-----Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----

-----Pelo Grupo Municipal do BE – José António Melo Nunes Guerra. -----

-----Verificou-se ainda a presença do Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus e da Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Ana Margarida Almeida Cruz Narciso.

-----O Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, dada a impossibilidade de comparecer, foi substituído por Fernando José Mestre Patrício.-----

----- Comprovada a existência de quórum, vinte e quatro presenças, a **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e vinte e três minutos.-----

-----Verificou-se também a presença do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, da Vice-Presidente, Felícia Maria Cavaleiro da Costa, e dos Vereadores José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto, Claudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata e Francisco José Pereira Luís. -----

-----A **Presidente da Assembleia** da AMS começou por cumprimentar todos os presentes e fazer a justificação de ausências do Grupo Municipal da CDU, começando por indicar que o Deputado Tiago José dos Santos Silva Aragão e a Deputada Maria José da Cruz Vieira Borges ambos da CDU havia comunicado que não podiam comparecer, estando presentes em suas substituições os Deputados Abel João Francisco Valadão e Sérgio Fidalgo Carvalho. -----

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Do Grupo Municipal do PS, a Deputada Joana Alarcão Bastos solicitara substituição por razões de ordem profissional, tendo sido convocada a cidadã Ana Paula Raimundo Piedade que por se tratar da primeira vez que estava presente na Assembleia, foi verificada a legitimidade e a respetiva identidade como eleita, tendo a Presidente da Assembleia Municipal declarado investida nas suas funções de Deputada da Assembleia Municipal, desejando felicidades no desempenho do cargo. -----

-----Também o Deputado do PS, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, solicitara a sua substituição tendo sido convocada a Deputada Ana Paula Almeida Pinto Filipe.-----

-----Em substituição do presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, esteve presente o vogal Fernando José Mestre Patrício.-----

-----Declarado aberto o **Período de “Antes da Ordem do Dia”** informou que a ata da sessão ordinária de 11 de setembro havia sido enviada aos deputados, através da Comissão de Líderes dos Grupos municipais pelo que perguntava se estava em condições de ser aprovada. Não havendo qualquer objeção a ata foi considerada aprovada por **unanimidade**.-----

-----Informou em seguida que já estava agendada a reunião conjunta das comissões com representantes da CMS para o dia 3 de dezembro a fim de ser feita a apreciação e análise das Grandes Opções do Plano (PPI e AMR'S) e Orçamento'2016 – Mapa de Pessoal, assim como já estava marcada a sessão ordinária para o dia 11 de dezembro, no Salão da Futura Igreja de S. Pedro da Lagoa de Albufeira.

-----Deu depois conhecimento aos munícipes presentes que a presente sessão era composta por 3 períodos sendo que o primeiro era o “Período de Antes da Ordem do Dia” onde seriam apresentados documentos como Moções, Recomendações, Saudações e outros assuntos de interesse, seguindo-se depois o “Período de Intervenção Aberta aos Cidadãos” onde os munícipes querendo participar poderiam inscrever-se nos impressos próprios disponíveis à entrada da sala. E por último o “Período da Ordem do Dia” que nesta sessão era bastante vasto na medida em que tinha 14 pontos para debate e votação, sendo que os últimos 10 diziam respeito a um conjunto de pedidos de empresas no âmbito do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de Novembro, o qual estabelecia, com carácter extraordinário, o regime de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades, incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo.-----

-----De seguida o **Deputado Manuel José Pereira** solicitou o uso da palavra para apresentar a declaração de protesto sobre a intervenção do membro do PSD/PP, Mendes Dias, na sessão temática sobre o Estado da Educação no Concelho, de 14 de novembro 2015 que se passa a transcrever:-----

-----“Os eleitos do PS na AM pretendem deixar lavrado o seu Protesto pela forma, completamente

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

despropositada, e pelo conteúdo, em tom irónico e deslocado do contexto, como o membro do Grupo Municipal do PSD/PP, Mendes Dias, interveio na sessão acima referida. -----

-----Fê-lo ainda em regime de total exceção face ao acordado previamente, o que terá sido acolhido pela Senhora Presidente da AM, decerto por receio de que o ambiente geral em que os trabalhos decorriam pudesse ser prejudicado e também por tomar em consideração o número de convidados e assistência da comunidade educativa. -----

-----As mesmas razões levaram a que o PS não registasse de imediato o seu protesto por considerar que tal não teria também qualquer sentido de oportunidade e apenas iria denegrir a imagem desta AM.

-----Razão porque o faz agora!! Também com o sentimento de o fazermos a título preventivo, dadas as já inúmeras ocasiões em que este tipo de intervenções tem ocorrido a partir dos eleitos do PSD, admitindo ajudar a Presidente da AM a manter um clima de elevação em período tão rico da nossa vida democrática. -----

-----O PS considera que é uma vergonha e um descrédito para a Política, para os políticos e para esta AM este comportamento sistemático que nada nos dignifica!" -----

-----O Deputado Mendes Dias solicitando o uso da palavra iniciou por cumprimentar todos os presentes e disse que o protesto do Grupo Municipal do PS era de esperar. Decerto o Deputado Manuel José Pereira sabia ao que ele se referira, que era uma realidade, e que as promessas feitas ao longo de 4 anos iriam mudar tudo e começariam já na próxima semana. Aceitava a forma como o Deputado interviera hoje na Assembleia pois era um pronúncio de que efetivamente o que dissera na sessão de 14 de novembro se iria concretizar. -----

-----Tomou o uso da palavra o Deputado Lobo da Silva que cumprimentou todos os presentes e saudou os novos partidos do arco da governação, PEV, PCP e BE. -----

-----Prosseguiu a sua intervenção, dirigindo-se ao Presidente da CMS dizendo que continuava a aguardar resposta ao pedido apresentado à Vereadora do Pelouro do Desporto respeitante ao mapa das despesas mensais da piscina. Quando fora realizada a reunião fora entregue um mapa com dados globais. Na altura fora solicitado um mapa específico mensal. Há uma semana atrás a CMS enviara documentação mas enviara precisamente o mesmo mapa entregue na reunião. Deixava o alerta para que o mapa fosse remetido quanto antes. Também fora pedida informação acerca do nº de pessoas da Quinta do Conde que frequentavam a piscina do GDS, mas até ao momento ainda não tinham sido fornecidos esses elementos. -----

-----Solicitou em seguida informação acerca do desenvolvimento do processo do Centro de Saúde de

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Santiago, considerando a assinatura do protocolo. -----

-----Cedido o uso da palavra ao **Presidente da CMS** este respondeu que relativamente às 2 primeiras questões procuraria averiguar junto da Vereadora o que se passava. Sobre a questão do Centro de Saúde de Sesimbra o único desenvolvimento tinha sido contatos com a equipa técnica da Administração Regional De Saude De Lisboa E Vale Do Tejo (ARSLVT) que estava em articulação com o Gabinete de Projetos da CMS para elaboração do estudo prévio da solução final quer para o edifício da Rua Anibal Esmoriz quer para o edifício da Rua Amélia Frade. Podia acrescentar que relativamente ao edifício da Anibal Esmoriz já existia um consenso quanto à solução final e da Amélia Frade também já se estabilizara o programa. Tinha havido um primeiro contacto que falava numa área de construção, na base do qual fora estabelecido o contrato programa, mais tarde tinha havido um contacto onde eles duplicavam a área de construção. Nessa altura entrara em contacto com o Sr. Presidente da ARS e dissera que assim não existiria acordo, a não ser que pagassem o acréscimo da área de construção. A situação fora corrigida e ficara pelos 120 metros quadrados que ainda encaixava dentro do valor que fora contratualizado. -----

-----Na conversa que tivera com o Sr. Presidente da ARSLVT indagara se o Sr. Ministro tinha assinado e publicado alguma coisa e respondera que ainda não pelo que o que existia era um contrato assinado pelo Presidente da CMS e o Presidente da ARSLVT que fazia referência a um código orçamental sendo que, supostamente existiria uma reserva orçamental para aquele compromisso, mas enquanto não houvesse um despacho do Ministro e eventualmente publicação em diário da republica, o contrato programa não estava firme. -----

-----Seguidamente a Presidente da AMS deu conhecimento dos documentos que haviam dado entrada para o PAOD:-----

-----Saudação subordinada ao tema “Contra a discriminação, pela Igualdade” (GM BE e PS)-----

-----Saudação com o título “25 de novembro de 1975” (GM PSD/CDS-PP) -----

-----Recomendação subordinada ao tema “Pela disponibilização de material literário e/ou audiovisual que aborde temáticas LGBTI em equidade com os restantes documentos na Rede Municipal de Bibliotecas de Sesimbra” (GM BE, CDU e PS)-----

-----Recomendação com o título “Adoção de linguagem inclusiva em todos os documentos municipais” (GM BE, CDU e PS)-----

-----Abriu em seguida o debate sobre o 1º documento que se passa a transcrever: -----

-----**“SAUDAÇÃO** -----

-----*Contra a discriminação, pela Igualdade*-----

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----No passado dia 20 de novembro fez-se história no Parlamento Português, ultrapassaram-se preconceitos e venceu-se a discriminação. -----

-----Finalmente a orientação sexual passará a deixar de ser critério para a exclusão e para vedar direitos. A Assembleia da República Portuguesa aprovou com os votos favoráveis do Bloco de Esquerda, Partido Comunista Português, Verdes, PAN, Partido Socialista e de 19 deputados do PSD a possibilidade de adoção por casais homossexuais. Os projetos aprovados respondem à necessidade e à justiça de assegurar tratamento igual para todos e todas as cidadãs nos seus projetos de parentalidade, mas sobretudo, respondem à consagração dos mais fundamentais direitos e do superior interesse das crianças.

-----Depois de anos de discriminação de milhares de crianças que vivem já inseridas em famílias homossexuais no nosso país, a Lei garantir-lhe-ás os direitos que confere a todas as outras crianças: o direito ao reconhecimento legal da sua família, à proteção legal no que respeita a cuidados de saúde, benefícios sociais, pensão de alimentos, pensão por morte e direitos sucessórios e ainda o direito à segurança e estabilidade familiar. -----

-----Alarga ainda o número de candidatos e candidatas disponíveis para adotar crianças institucionalizadas que anseiam por uma família que as eduque, cuide e ame de forma irrevogável. -----

-----Mas o dia 20 de novembro ficará ainda na História por se terem revertido as leis aprovadas no último dia da legislatura passada e que minorizavam e humilhavam as mulheres que decidem recorrer à Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG). A reversão das taxas moderadoras na IVG que comprometiam a privacidade do ato, das consultas de aconselhamento obrigatórias que minorizavam e desrespeitavam a autonomia e autodeterminação da mulher e da participação de objetores de consciência nas referidas consultas de aconselhamento que transformavam o aconselhamento em doutrina, trouxeram de novo o respeito pela autonomia da mulher numa decisão que deve permanecer no foro privado. -----

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida em sessão extraordinária no dia 27 de novembro de 2015, saúda o passo dado pela Assembleia da República, pela igualdade de tratamento independentemente da orientação sexual e pelo respeito e dignidade de todas as mulheres que decidem recorrer à IVG. -----

-----A enviar para conhecimento -----

-----Grupos Parlamentares da Assembleia da Republica -----

-----Câmara Municipal de Sesimbra -----

-----Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho -----

-----Aos Movimentos de Mulheres -----

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Aos Movimentos de defesa do direito à legalização da Adoção de crianças por casais do mesmo sexo.”-----

-----Usou da palavra o **Deputado José Guerra** que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e disse que a Saudação era um pouco o emendar de uma lei que tinha sido aprovada à pressa onde alterava a lei que estava em vigor sobre interrupção voluntária da gravidez, fazendo com que as pessoas comesçassem a ser identificadas através do pagamento da taxa moderadora que não era paga no processo de gravidez e ficava nas mãos de médicos e psicólogos, os quais, não estando de acordo com o processo, poderiam dar aconselhamento. Era a abertura da perseguição, não a crimação jurídica mas a abertura a uma crimação moralista. Assim era muito importante que se tivesse alterado a lei no primeiro dia da abertura da assembleia. Exatamente como a questão da adoção e paternidade por casais do mesmo sexo quando se sabia que existiam alguns milhares de crianças que viviam com casais do mesmo sexo e há pouco tempo, aquando do encontro de famílias de casais do mesmo sexo que se realizara em Lisboa tinha-se tido conhecimento que um português que vivia com um americano e tinha uma filha com 14 anos, tivera de ir viver para a Bélgica porque em Portugal, o pai biológico falecendo, a criança era entregue às instituições públicas, e o outro pai que a criara não podia ficar com a criança e a continuar a ser uma família.-----

-----Como estes casos existiam muitos outros, e como em primeiro lugar estavam os interesses e a felicidade das crianças era muito importante que a lei fosse aprovada dentro dos mesmos parâmetros dos casais heterossexuais, se tinham condições e estavam aptos. No caso das separações dos progenitores e o pai ou a mãe ia viver com uma pessoa do mesmo sexo também seria analisado os termos de adoção. -----

-----Tomando o uso da palavra, o **Deputado Manuel José Pereira** cumprimentou todos os presentes e disse que a GM do PS decidira subscrever a Saudação que em rigor fora elaborada pelo BE, sobretudo e tendo em atenção as questões da igualdade que eram muito importantes. Os temas em concreto tinham a ver com a adoção por casais do mesmo sexo e a situação do IVG, situações fraturantes na sociedade mas que obrigavam a todos e naturalmente eram questões de consciência individual, mas que todos enquanto membros da sociedade deviam estar atentos a uma evolução natural da forma de funcionamento da sociedade, tal como o caso da procriação medicamente assistida que estava em discussão. A subscrição do documento por parte da GM do PS ia no sentido de considerar o simbolismo do momento em que tinha lugar a discussão destas matérias no novo parlamento recentemente constituído e alertar para as questões de igualdade que eram muito importantes e deveriam ser

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

consideradas por todos individualmente mas também adotadas e assumidas convenientemente pelos partidos que eram as verdadeiras forças que intervinham na sociedade, e movimentos cívicos, obviamente, para que o futuro fosse de todos, em igualdade, justiça social e fraternidade. -----

-----Usou em seguida da palavra o **Deputado Alain Monteiro** que cumprimentou todos os presentes e deu as boas vindas à primeira Secretária que tinha estado ausente dos trabalhos da AMS por motivos de saúde. -----

-----Prosseguiu dizendo que o GM da CDU iria votar favoravelmente o documento também por questões de igualdade e por considerar que os direitos dos cidadãos não deviam ser alienados por orientações sexuais ou outro tipo de orientações. -----

-----Falou depois o **Deputado Mendes Dias** que disse que em termos de principio a Saudação não impediria o PSD de votar favoravelmente. No entanto a Saudação misturava a questão da IVG com a da adoção. Disse que se fossem duas Saudações o sentido de voto seria diferente, mas que assim sendo o GM do PSD abster-se-ia.-----

----- Não havendo mais intervenções a **Presidente da AMS** colocou à votação a Saudação atrás transcrita tendo sido aprovada, por **maioria**, com 20 votos a favor (13 CDU, 6 PS e 1 BE) e 4 abstenções (2 PSD/CDS-PP e 2 MSU). -----

-----**O Deputado Mendes Dias** disse que iria enviar uma declaração de Voto por correio eletrónico (apesar da insistência junto do Deputado, não foi recepcionada qualquer Declaração de Voto).-----

-----**O Deputado Miguel Ribeiro** disse que também a GM do MSU iria enviar uma Declaração de Voto no sentido de que as 2 questões deviam ser abordadas em separado. Referiu que ambas levantavam a questão da igualdade, o que respeitava, mas em relação à adoção por casais homossexuais era uma questão de consciência pessoal de cada um e era uma questão que ainda levantava dúvidas ainda que entendesse que devia prevalecer a questão da igualdade (apesar da insistência junto do Deputado, não foi recepcionada qualquer Declaração de Voto). -----

-----Continuando os trabalhos a **Presidente da AMS** abriu o debate do segundo documento que se passa a transcrever: -----

“SAUDAÇÃO

-----25 DE NOVEMBRO DE 1975-----

-----*Cumrem-se, 40 anos sobre o 25 de Novembro de 1975, data em que terminou o período a que se designou de PREC (Processo Revolucionário Em Curso). A extrema-esquerda de então, com o apoio de algumas forças militares, tudo tentou para inverter o que se iniciou em 25 de Abril de 1974, procurando*

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

que o processo democrático não avançasse.-----

-----Para impedirem a implantação da democracia, a extrema-esquerda recorreu à violência, que durante um determinado período foi transversal a toda a sociedade, onde se assistiu ao confronto entre aqueles que queriam o totalitarismo e aqueles que defendiam as ideias pluralistas e humanistas. -----

-----Valeu a Portugal e aos Portugueses, o esforço dos militares, com especial destaque para Jaime Neves e Ramalho Eanes, apoiados pelos partidos democráticos, e de muitos outros cidadãos, que arriscaram as suas vidas nos combates desse dia.-----

-----Caso essa vitória não tivesse sido alcançada, Portugal cairia sobre a alçada de uma extrema-esquerda radical e violenta, caindo novamente numa ditadura.-----

-----A democracia continua ser a única forma de regime político aceitável, dando voz ao povo para que, em eleições livres, possa decidir em consciência a forma como pretende ser governado. -----

-----O PSD defende que tendo em conta tudo o que se passou no período logo após o 25 de Abril, e face aos acontecimentos que se seguiram, que o “25 de Novembro” tornou possível salvar o essencial da Democracia e que este processo foi obra de verdadeiros heróis, cuja história e memória importa preservar e assinalar.-----

-----Assim, os Deputados do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Sesimbra saúdam todos aqueles que, em 25 de Novembro de 1975, defenderam os ideais democráticos, pluralistas e humanistas, que permitiram que Portugal prosseguisse o processo democrático iniciado a 25 de Abril de 1974.-----

-----Dar conhecimento desta Saudação -----

-----Câmara Municipal de Sesimbra -----

-----Juntas e Assembleias de Freguesias do Concelho-----

-----Aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República -----

-----Comunicação Social Local e Regional.”-----

-----Tomou o uso da palavra o **Deputado Manuel José Pereira** que apresentou a seguinte Declaração Política: -----

-----“O PS considera que a proposta apresentada pelos membros do PSD é puro oportunismo político e constitui uma mera provocação a todo o País, à Democracia, a toda a Esquerda parlamentar e, em especial ao PS! -----

-----A iniciativa deste ano, que aliás surgiu na AR, só foi feita e pensada após o 4 de outubro, senão mesmo após o 10 de novembro! Se houvesse uma verdadeira intenção de comemorar esta data decerto teria sido proposto em tempo um programa a todas as instituições políticas!... -----

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Aliás insere-se numa lógica revanchista apenas e só porque a direita está desesperada com a união da Esquerda e o que pretende é dividir / partir o PS e a esquerda unida. Daí a provocação de comemorar o 25 de novembro. Caso o governo da direita se tivesse mantido, será que se lembrariam disto? -Corresponde a uma atitude demagógica e reacionária que não pode merecer da nossa parte senão o mais vivo repúdio e o mais veemente protesto!* -----

-----*Aliás a bancada do PS subscreve o que disse o ex Presidente da República Ramalho Eanes a este propósito: "Momentos fraturantes não se comemoram, recordam-se. E deve-se refletir sobre eles!"* -----

-----*Melhor fariam se antes comemorassem e saudassem datas históricas e de grande simbolismo nacional como são o 1º de Dezembro e o 5 de Outubro!* -----

-----*Não temos qualquer dúvida que o voto desta AM será completamente no sentido de derrotar esta proposta que mais não merece do que o nosso mais vivo protesto.* -----

-----*Nunca o próprio PSD, muito menos o CDS, se preocuparam em comemorar o 25 de Novembro! Perguntamos então, porquê isto agora?* -----

-----*Só uma atitude de desespero da direita, em face da união da esquerda em torno do programa político do PS e de um conjunto de princípios básicos para que o País saia da situação em que o deixaram, justifica uma provocação destas. E, sobretudo, por não saberem reconhecer a derrota clara que o Povo lhes infligiu! Sim, porque tiveram 2 milhões de votos e os partidos da esquerda, juntos, tiveram 2,7 milhões!* -----

-----*E mais não diremos sobre esta matéria!!*" -----

-----Usou depois da palavra o **Deputado José Guerra** que começou por dizer que era verdade e todos sabiam que tinha havido um período a que chamaram de Processo Revolucionário em Curso (PREC) em que tinham existido excessos e extremismos mas era necessário que a história não apagasse uma parte desse extremismo e abuso porque além do PREC tinha havido o Processo Contra-revolucionário em Curso (PCER). Era preciso não esquecer que nesse período se haviam incendiado dezenas de sedes de partidos de esquerda por todo o país. Tinham havido duas tentativas de golpe de estado em 25 de setembro e 11 de março. Tinha havido a libertação de pides assassinos, torturadores de opositores, militantes e simpatizantes contra o colonialismo. Tinham havido organizações terroristas como o MDLP protegidas e que nunca haviam prestado contas à justiça. Tinha havido o assassinio de um padre em Vila Real, louvores a comandantes militares que tinham invadido um País estrangeiro para assassinar um dirigente de um Movimento de Libertação, Amílcar Cabral, do PAIGC. Tinha havido perseguições a grupos de pessoas que iam às aldeias fazer campanhas de alfabetização, por isso não se podia apagar uma parte da

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

história e lembrar só outra fica mal porque a história não poderá ser esquecida. -----

-----**O Deputado Alain Monteiro** disse que partilhava os sentimentos do GM do PS e questionava-se porquê os 40 anos, e porque não os 30 ou os 35, no entanto compreendia que as preocupações surgissem após os acontecimentos verificados no período pós eleições porque também estava convencido que se o governo PSD/CDS se tivesse mantido, certamente este assunto não seria evocado ou pelo menos ser apresentado desta forma, poderia certamente nos círculos mais à direita ou eventualmente mais à direita radical. -----

-----Em todo o processo que se assistiu nestes cinquenta e poucos dias até ao atual governo do PS com o apoio parlamentar dos restantes partidos de esquerda, só significava uma coisa que era um mau perder e um não aceitar as regras democráticas por parte do PSD e CDS. Aliás o não aceitar destas regras ficara bem patente não só nos protagonistas dos dois partidos mas também na figura do Sr. Presidente da República que fizera tudo o que pudera e o que não pudera para até ao último momento aguentar o governo do PSD/CDS. -----

-----Quanto à Saudação em si considerava-a excessiva principalmente no que respeitava à linguagem. Parecia que queriam reescrever a história. Os acontecimentos tinham ocorrido, não se podia negar, mas iria ler uma frase retirada de um livro intitulado “Revolução e Contrarrevolução em Portugal 1974/1975” escrito pelo historiador Armando Cerqueira "um golpe de Estado da direita disfarçado de contragolpe de Estado contra a esquerda e o programa progressista do Movimento das Forças Armadas”.-----

-----Ao terminar disse querer saudar o novo Governo e sabia de antemão que não iria enfraquecer a democracia como o governo de 2011 a 2015 o fizera. -----

-----Tomou depois o uso da palavra o **Substituto do Presidente da Junta de Freguesia, Fernando Patricio**, que cumprimentou todos os presentes e disse que os Deputados Municipais do PSD pertencentes a um Partido da extrema-direita radical, cujos fundadores eram apoiantes e colaboradores do regime de Salazar e Marcelo Caetano vinham hoje ao plenário falar de democracia sobretudo a um partido que durante 48 anos combateu esse mesmo regime fascista e lutou pela implantação do regime democrático. Estava-se a lembrar de Militão Ribeiro, Catarina Eufémia, Bento Gonçalves Manuel Vieira, Abel Dias Coelho, Soeiro Pereira Gomes, Alfredo Dinis e muitos outros militantes do PCP que haviam dado a sua vida sem nunca pedir nada em troca para que hoje pudéssemos estar aqui a viver em liberdade e democracia.-----

-----Disse que para o PSD e CDS, democracia entre Maio de 1975 e Abril de 1977 no chamado verão quente, eram 310 ataques bombistas, 136 assaltos, 58 incêndios, 36 espancamentos, 16 atentados a tiro,

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

10 apedrejamentos e uma dezena de cidadãos assassinados.-----

-----Desde as primeiras horas do 25 de abril, à medida que o Processo Revolucionário avançava, levantaram-se as forças mais saudosistas que pelos mais diversos meios, sabotagem, campanhas de calúnias e intrigas, boicotes, conspirações e golpes, procuraram a revanche fascista.-----

-----O 25 de Novembro de 1975 com o inventado golpe comunista, foi o mais grave atentado à democracia portuguesa desde o 25 de abril. As forças políticas da extrema-direita radical desde o 25 de abril de 1974 que tentaram instaurar uma nova ditadura em Portugal, apresentando-se como verdadeiros democratas, e já Salazar assim se designava, acusaram aqueles que deram uma enorme contribuição para a instalação da democracia e defesa e institucionalização dessa democracia em Portugal. Estes democratas feitos à pressa, colaboradores do regime, em nome da luta contra as ditaduras procuraram impedir a realização de eleições e a liberdade, propuseram um regime totalitário para chegar à suposta democracia por via de um Golpe de Estado e fugindo das eleições, alegando que o povo não estava preparado para decidir o seu destino. Tentaram impedir a extinção da PIDE-DGS bem como a libertação dos presos políticos, tentaram realizar os golpes Palma Carlos, o 28 de setembro e o 11 de março para tentar impedir as eleições marcadas para 25 de abril de 1975 com a pretensão de serem transferidas para novembro de 1976.-----

-----Disse que no sentido inverso, o Partido Comunista Português sempre defendera como tarefa prioritária a criação de condições para a realização dessas eleições livres e democratas. -----

-----Referiu que o golpe de 25 de novembro não havia sido como o projetado, pois nenhum dos seus três objetivos centrais imediatos se tinham concretizado bem como a liquidação revolucionária das suas conquistas nem o esmagamento militar do PCP e do movimento operário da esquerda militar, nem, como resultado do golpe, ser Soares o vencedor, aquele que teria salvado a democracia de um golpe e de uma ditadura comunista e que por isso assumiria naturalmente de imediato, no poder do Estado, as responsabilidades daí decorrentes. Tal operação foi tentada mas falhou. -----

-----A Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra cedeu a palavra ao **Deputado Mendes Dias** que disse que a justificação da apresentação desta Saudação se devia ao facto de passarem 40 anos sobre o 25 de novembro e frisou que a Saudação ao 25 de novembro servia para saudar e não para comemorar. Disse que depois de ouvir os Deputados Manuel José Pereira, José Guerra, Alain Monteiro e Fernando Patrício, ficara estupefacto, pois vivera os tempos antes e depois do 25 de abril, começando a trabalhar aos 14 anos numa fábrica e que sabia o que era ir de noite pintar as paredes ainda com a sigla do MRPP ao qual tinha muito orgulho em ter pertencido tal como sabia o que era levar “uma carga de porrada” por

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

serem apanhados mas que não era pela PIDE, mas por outros que depois do 25 de abril lhes tentaram cortar a palavra. -----

-----Salientou que o pretendido era saudar o 25 de abril que no 25 de novembro fora colocado a essência do que era a Revolução e que percebia o desagrado de alguns Deputados e disse ao Deputado Alain Monteiro que não esquecesse o que tinha dito e que esperava que existissem condições para que a gravação da Assembleia de hoje ficasse para memória futura porque lhe dava a parecer que ainda antes das próximas eleições autárquicas o Deputado Alain viesse desdizer o que tinha dito relativamente a um Governo de Esquerda com a maioria parlamentar de esquerda. -----

-----Disse que ficara intrigado quando se dissera que hoje se tinha um Governo de Esquerda do Partido Socialista parecendo que os anteriores Governos do PS, começando pelo Dr. Mário Soares, António Guterres e Eng^o José Sócrates não eram também Governos de Esquerda do PS, ou se teriam sido esses Governos de Direita. Disse que eram as linhas com que a Democracia se cosia e que o facto era que o PSD não deixaria de dizer o que achava em locais onde tinham o direito de o fazer e, dirigindo-se ao Deputado Manuel José Pereira, disse que o PS era efetivamente Governo mas não tinha ganho absolutamente nada porque os portugueses não lhe tinham dado vitória nenhuma. -----

-----**A Presidente da AMS** interveio e disse que restavam apenas trinta minutos para o PAOD e que a ordem de trabalhos era extensa com razão para várias intervenções ao nível das diferentes bancadas. Apelou aos Deputados que tivessem um certo poder de síntese de intervenção nestas matérias para que se desse seguimento aos trabalhos.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Substituto do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde** que disse que a formação de uma Assembleia Constituinte eleita para fazer a Constituição da República e transformá-la num Parlamento sem eleições não era defender o 25 de abril mas sim um Golpe de Estado.

-----Em seguida a Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra cedeu a palavra ao **Deputado Manuel José Pereira** que disse ter ficado estupefacto, pois estava acomodado a que os governos do PS fossem apelidados de direita em muitos locais mas nunca pensara em ouvir algo do género vindo de um militante do PSD. Disse ainda que o Governo PSD dos últimos quatro anos não fora sequer de direita, muito menos de centro mas uma força ultraliberal que tentara por todos os meios destruir aquilo que ainda se poderia salvaguardar em Portugal e que seria através de um programa do Governo de esquerda do PS, apoiado por todos os países à sua esquerda e até pelo PAN.-----

-----Referiu que o dia 25 de novembro fora também o Dia Internacional da Erradicação da Violência Contra as Mulheres pelo que se deveria fazer uma Saudação que fosse ao encontro das preocupações

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

humanistas e de esquerda da Assembleia Municipal. -----

-----Tomou o uso da palavra o **Deputado Nuno Nabais** que saudou todos os presentes e disse que a sessão estava um pouco “crispada” e chamou a atenção recordando que a História era uma construção social e humana em torno da memória coletiva e que quando se tratava da História contemporânea ou de épocas em que os atores desses mesmos acontecimentos ainda estavam vivos, existia uma certa dificuldade de distanciamento. Disse que era importante fazer uma avaliação da oportunidade desta Saudação, que por diversas razões não era desejável tal como a sua natureza e conteúdo, sobre o qual tinha certas dúvidas relativamente às figuras e que se poderia recordar a figura de Jaime Neves, entre outros. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que disse nunca pensar que uma Saudação criasse tanta celeuma. -----

----- Relativamente ao PS, disse ficar estupefacto quando o Deputado Manuel José Pereira disse que esta Saudação era um oportunismo, uma provocação e reaccionária e afirmou que o Deputado deveria estar a ver-se ao espelho em termo de oportunismo e provocação. -----

-----Relativamente ao Deputado José Guerra disse saber que “*estava tudo na paz e amor*”.-----

-----Disse ainda que o Deputado tinha referido o incendiar de sedes de partido e disse-lhe para “inscrever na sua memória” que tinha sido incendiada uma sede do PSD em Setúbal.-----

-----Em seguida dirigiu-se ao Deputado Alain Monteiro e disse perceber que podia não se gostar/simpatizar ou não ser da mesma cor política do Presidente da República mas que era necessária alguma educação, compreensão e respeito pela pessoa do Presidente. Disse ainda que lhe apetecia dizer uma coisa mas que não o faria porque muitas pessoas iriam ficar escandalizadas. Disse que ainda assim a intervenção da bancada da CDU fora moderada, ao contrário da intervenção do BE. -----

-----Sobre a intervenção do Substituto do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde disse que não colocara em causa a leitura feita mas que deveria ter referido um roubo sofrido pelo Deputado Lobo da Silva quando tinha 10 anos, pois o seu pai, fascista, tinha um armazém onde entraram Comissões de trabalhadores que lhe disseram que não teria mais ordenado, somente os seus trabalhadores.-----

-----Disse que existiam pessoas que não estavam bem enquadradas pois provavelmente algumas ainda não eram nascidas a 25 de novembro de 1975 e ainda assim opinavam. -----

-----**A Presidente da AMS** disse que estava em causa a discussão de uma Saudação referente ao 25 de novembro de 1975 e não uma discussão acerca de acontecimentos históricos do antes, o durante e o após e apelou ao Deputado Lobo da Silva que fizesse o envio da recolha documental histórica aos

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Deputados da Assembleia que certamente sentir-se-iam agraciados com essa informação. Contudo, se assim o entendesse poderia sintetizar a defesa do PSD relativamente à Saudação apresentada para que fosse realizada a votação.-----

-----O **Deputado Lobo da Silva** disse que a defesa já havia sido feita pelo Deputado Mendes Dias e que após a votação faria uma Declaração de Voto com a leitura do respetivo documento.-----

-----A Presidente da AMS deu a palavra ao **Deputado José Guerra** que disse que o Deputado Lobo da Silva não tinha percebido a sua intervenção pois dissera que o referido tinha sido “não se apagar uma parte da História”. Disse ainda que possivelmente o Deputado Mendes Dias não estivera nas manifestações pela libertação de Saldanha Sanches em 1974 mas que ele estivera lá, mesmo não pertencendo ao Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP).-----

-----Teve o uso da palavra o **Deputado Alain Monteiro** que disse não ter percebido a acusação de falta de respeito ao Presidente da República.-----

-----Não havendo mais intervenções a **Presidente da AMS** colocou à votação a Saudação atrás transcrita tendo sido **reprovada por maioria**, com 20 votos contra (13 CDU, 6 PS e 1 BE) 2 votos a favor do PSD/CDS-PP e 2 abstenções do MSU.-----

-----Os Grupos Municipais da CDU, PSD/CDS-PP e MSU, bem como a Deputada Helena Cordeiro do Grupo Municipal da CDU, prestaram Declarações de Voto.-----

-----**A Deputada Helena Cordeiro** apresentou a seguinte Declaração de Voto em nome individual: ---

-----“A História tem um problema “O seu uso e manipulação política” – a afirmação caracteriza bem a saudação apresentada pelo GM do PSD, e é do historiador Armando Cerqueira que lançou recentemente o livro *Revolução e Contra Revolução (1974 – 1975)*, no qual defende que no dia 25 de novembro ocorreu um golpe de Estado da Direita, disfarçado de contragolpe de Estado contra a esquerda e o MFA.-----

-----Perante esta verdade histórica, mesmo os mais distraídos e distantes destas matérias, saberão construir a sua opinião com base na lógica e longe da manipulação dos acontecimentos em que a máquina de propaganda da extrema-direita portuguesa é pródiga e criativa.-----

-----Ou seja, se a extrema-direita portuguesa foi a protagonista de uma ditadura fascista que durou mais de quatro décadas, de simpatias com os horrores cometidos na guerra civil espanhola, com o nazismo, e com o colonialismo que explorou e sangrou Povos irmãos.-----

-----E se foram as forças democráticas de esquerda e o MFA, os protagonistas da Revolução de Abril de 1974 que derrotou a direita fascista.-----

-----E se os atos de violência e radicalismo que vêm referidos na saudação, sucederam efetivamente

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

durante o “Verão Quente” que antecedeu o 25 de novembro, mas levados a cabo pela extrema-direita, contra sedes e militantes dos partidos de esquerda, em especial contra os Comunistas. -----

-----É óbvio que o Golpe de Estado, ocorrido no dia 25 de novembro de 1975, ao ser protagonizado pela referida Direita, contra a Esquerda e as Forças Militares de Abril, esteve longe de ser um ato a favor da Liberdade e da Democracia, antes foi, o princípio do definhar das conquistas populares e das promessas da Revolução de Abril e uma tentativa da extrema-direita de repor o fascismo e os seus mordomos.-----

-----Não conseguiram ir tão longe, essencialmente porque o Golpe Contra-Revolucionário movido essencialmente por um anticomunismo primário ressuscitado das cinzas nos últimos dias, se esvaziou das suas obscuras intenções, perante o inabalável respeito que os comunistas portugueses têm pelo Povo, pela Liberdade e pela Paz. -----

-----Hoje, aqui e agora, 40 anos depois, vemos com maior clareza a verdadeira face do 25 de novembro de 1975, plasmada nos últimos quatro anos de um governo de extrema direita, que insiste em festejar a efeméride em dia de finados do seu desgoverno, e que se destacou pelo fanatismo ideológico, pela violência social e pelo ajuste de contas com o que resta das Conquistas de Abril, escolhendo para vítimas das suas políticas anticivilizacionais, os trabalhadores, as suas famílias e as bases do Estado Social e cuja principal arma foi a propaganda, a mentira, a cultura do medo e do inevitável, da culpabilização dos pobres, por serem pobres, dos desempregados, por serem desempregados, dos idosos e dos doentes, por serem um fardo e uma dificuldade à supremacia do Homem de Pura Raça Produtiva.-----

-----Celebrar o 25 de novembro de 1975? Não obrigada! “ -----

*-----A Presidente da AMS cedeu a palavra ao **Deputado Rui João Rodrigues** que prestou a seguinte Declaração de Voto, em nome do Grupo Municipal da CDU:-----*

-----“Esta saudação apresentada pela bancada do PSD sobre o “25 de Novembro é considerada por esta bancada, no mínimo ofensiva àquilo que tem sido a postura das forças políticas representadas na CDU, e que sempre se tem pautado pela defesa dos valores democráticos de Abril, pela defesa da constituição e dos direitos da população portuguesa. Ao contrário do anterior governo que nunca respeitou constituição da república Portuguesa, chegando a querer uma mudança da constituição em virtude dos resultados eleitorais de 4 de Outubro, que lhe permitisse a perpetuação no governo, qual governante anterior a 74. -----

-----Termos como, e passo a citar;” Para impedirem a implantação da democracia, a extrema-esquerda recorreu à violência, que durante um determinado período foi transversal a toda a sociedade,

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

onde se assistiu ao confronto entre aqueles que queriam o totalitarismo e aqueles que defendiam as ideias pluralistas e humanistas.” -----

-----“Caso essa vitória não tivesse sido alcançada, Portugal cairia sobre a alçada de uma extrema-esquerda radical e violenta, caindo novamente numa ditadura”; são na nossa opinião inverdades que interessam realçar neste momento histórico que se vive em Portugal tentado criar divisões entre as forças políticas de esquerda que fizeram um acordo determinante para a mudança de rumo que o país levava em direção ao empobrecimento e à dependência externa em todas as suas vertentes económicas e sociais. Indo na mesma linha do discurso antidemocrático do Presidente da República na sua análise aos resultados das eleições de 4 de Outubro. -----

-----Neste sentido o voto desta bancada não poderia ser outro que não a rejeição desta saudação, votando por isso contra.” -----

-----O **Deputado Manuel José Pereira** questionou a Presidente da AMS sobre os tempos estipulados para a apresentação das Declarações de Voto.-----

-----A Presidente da AMS cedeu a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que apresentou dois parágrafos referentes à Declaração de Voto em nome do Grupo Municipal do PSD e disse que mais tarde faria chegar os antecedentes e o contexto político aos Serviços de Apoio da AMS (apesar da insistência junto do Deputado, não foi recepcionada qualquer Declaração de Voto):-----

-----“A 21 de Junho, Otelo Saraiva de Carvalho, à data detentor do comando da COPCON, juntamente com o Capitão Marques Júnior, à data membro do Conselho da Revolução iniciaram uma visita de 10 dias em Cuba. A viagem foi realizada a pedido do Partido Comunista Português e apoiado pelo comunismo internacional e tinha com intuito atrair Otelo para o seu lado e assim o controlo do poder militar por parte dos comunistas.” -----

-----“Em conferência de imprensa de 4 de dezembro, Mário Soares acusa o PCP de ter participado ativamente no 25 de novembro utilizando a extrema-esquerda como ponta de lança.” -----

-----**A Presidente da AMS** informou ao Deputado Manuel José Pereira que não estavam definidos os tempos de intervenção para a apresentação das Declarações de Voto. -----

-----**A Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra** deu início ao debate da Recomendação com o título: “ **Pela disponibilização de material literário e/ou audiovisual que aborde temáticas LGBTI em equidade com os restantes documentos na Rede Municipal de Bibliotecas de Sesimbra**”, que se passa a transcrever:-----

-----“Nas bibliotecas públicas, como noutras instituições culturais, podem entrar e permanecer formas

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

de preconceito e discriminação que são hoje em dia inaceitáveis e que, por vezes, entram mesmo em conflito com os avanços legislativos e sociais registados na sociedade portuguesa -----

-----As bibliotecas públicas devem não só criar atmosferas inclusivas, que facilitem o acesso a todas/os as/os leitores/as independentemente do seu sexo, identidade de género ou orientação sexual, como devem refletir nas suas coleções os temas e as perspetivas de toda a população em toda a sua diversidade social.-----

-----Verifica-se que, tanto em língua portuguesa como estrangeira têm sido produzidos diversos documentos impressos e audiovisuais que abordam e incluem a diversidade na dimensão lésbica, gay, bissexual, transexual e intersexo (LGBTI), documentos estes que deverão estar presentes na Biblioteca Municipal de Sesimbra e seus polos e aí serem disponibilizados em equidade com os restantes materiais de leitura. -----

----- Para que este objetivo seja atingido, a classificação documental bem como o arranjo espacial dessa subcoleção deverão exprimir uma visão sem preconceito ou discriminação. Assim, para as pessoas que visitam as bibliotecas deve ficar claro que a especialidade da subcoleção consagra um direito de cidadania e não um separatismo segregador. -----

-----A Biblioteca Municipal de Sesimbra poderá ampliar o seu serviço à comunidade desenvolvendo ações em parceria com organizações LGBTI que poderão encontrar nesta Rede um espaço de liberdade de acesso à expressão e de organização de iniciativas conjuntas no âmbito da leitura e da fruição cultural.--

-----Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida em 27 de novembro de 2015, delibera recomendar à Câmara Municipal de Sesimbra: -----

-----1. Que a Biblioteca Municipal de Sesimbra reforce a disponibilização de material literário e/ou audiovisual que aborde temáticas LGBTI à semelhança dos restantes documentos; -----

-----2. Que o disposto no ponto 1) seja implementado assegurando que a classificação documental bem como o arranjo espacial dessa coleção consigam um direito de cidadania e não uma discriminação;

-----3. Que promova ações e projetos nas áreas da Educação e Saúde e no âmbito da formação integral dos jovens; -----

-----4. Remeter esta deliberação aos órgãos de soberania e aos grupos parlamentares representados na Assembleia da República.” -----

*-----Teve o uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva** que disse que não obstante ter participado na discussão dos dois documentos apresentados pelo BE e de posteriormente ter enviado, em nome da bancada do PSD um mail para que o nome da sua bancada fosse retirado do documento deveu-se ao*

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

facto do PSD achar que uma vez que se vivia num momento de contenção de custos e que a aprovação destes documentos, levaria a que a Câmara Municipal de Sesimbra tivesse gastos não quantificados e que antes de serem aprovados se soubesse o valor dos custos que a CMS teria com a recomendação proposta pelo BE. Disse ainda que não eram períodos de “vacas gordas” e que não entravam carrinhos de mão com dinheiro na Câmara, motivo pelo qual o Grupo Municipal do PSD não votaria favoravelmente nestes dois documentos. -----

-----A Presidente da AMS cedeu a palavra ao **Deputado Miguel Ribeiro** que disse que depois de um debate político-partidário acessível e com alguma pedagogia à mistura, o MSU se congratulava com um tema, independentemente de questões que pudessem ter sido levantadas em relação a eventuais custos acrescidos, cuja matéria era pacífica, pois levantara a questão da igualdade de tratamento de uma franja da população que era referenciada nesta recomendação. Disse que ao nível da Comissão de Líderes haviam sido demonstradas algumas reticências relativamente à forma como estava redigida a recomendação, tendo sido registado com agrado as alterações efetuadas, pelo que o voto do MSU iria ser favorável.-----

-----**A Presidente da AMS** recolocou a questão colocada pelo Deputado Lobo da Silva sobre o impacto financeiro que esta medida poderia ter ao nível da Câmara Municipal de Sesimbra para que a Vice-Presidente da CMS pudesse responder posteriormente.-----

-----Não havendo mais intervenções a **Presidente da AMS** colocou à votação a Recomendação atrás transcrita tendo sido aprovada, por **maioria**, com 22 votos a favor (13 CDU, 6 PS, 1 BE e 2 MSU) e 2 abstenções (PSD/CDS-PP).-----

-----**O Deputado Mendes Dias** disse que faria chegar aos serviços da AMS a Declaração de Voto do Grupo Municipal do PSD (apesar da insistência junto do Deputado, não foi recepcionada qualquer Declaração de Voto).-----

-----**A Presidente da AMS** continuou os trabalhos com a apresentação da **Proposta de Recomendação** com o título “**Adoção de linguagem inclusiva em todos os documentos municipais**” :-----

-----“*Considerando que: -----*
Vinte anos depois da adoção da Declaração e Plataforma de Ação de Beijing são muitos os desafios e as dificuldades na promoção da igualdade de género e no empoderamento das mulheres. Nas Nações Unidas discute-se a agenda de Desenvolvimento do Pós 2015 enquanto as mulheres continuam a lutar contra a pobreza e por uma mudança política, social e cultural que lhes permita uma vida digna e uma cidadania plena;-----

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A contestação feminina ao uso de linguagem sexista e a luta pelo reconhecimento de direitos civis e políticos não é nova. Em 1791, Olympe de Gouges escreveu a *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*, em resposta à *Déclaration des droits de l'homme et du citoyen*. A sua luta pela igualdade custou-lhe a vida; -----

-----Em Portugal, a nível legislativo é de assinalar a aprovação da lei que tornou a violência doméstica crime público e a lei da paridade. Mas os desafios e as dificuldades na promoção da igualdade de género são imensos;-----

-----As mulheres em Portugal enfrentam também um nível insatisfatório de consciência e sensibilização para as questões de género por parte do governo e nas estruturas da administração pública; -----

-----Para além da partilha desigual das responsabilidades entre mulheres e homens na gestão da vida familiar baseada nas representações genderizadas dos papéis sociais, da desigualdade salarial entre homens e mulheres, da elevada taxa de desemprego e de pobreza entre as mulheres e do reduzido número de mulheres nos processos de decisão económica e de decisão e representação política, as mulheres em Portugal enfrentam também um nível insatisfatório de consciência e sensibilização para as questões de género por parte do poder público central e local e nas estruturas da administração pública;

-----Apesar do V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não Discriminação prever a realização de um estudo para avaliar o grau de utilização de linguagem inclusiva na administração pública, o próprio Plano da Igualdade, publicado no Diário da República, não respeitava as orientações do Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública publicado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género uma vez que as regras de legística da Imprensa Nacional permitem a “correção” dos textos ou seja promovem a perpetuação do uso de linguagem discriminatória. -----

----- A jornalista Andreia Sanches, num artigo publicado no jornal Público em janeiro de 2014 aponta que na lei orgânica da Presidência do Conselho de Ministros, de 2007, no artigo 4.º, lê-se que a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género deverá ser dirigida por um presidente, coadjuvado por um vice-presidente sem mencionar a hipótese de ser nomeada uma presidente ou uma vice-presidente, apesar de até à data terem sido sempre mulheres a liderar a Comissão; -----

-----A negligência do governo em respeitar o uso de uma linguagem inclusiva, em que ambos os sexos sejam mencionados de forma igual e paralela, tem como expoente máximo o cartão de cidadão. A obtenção do cartão de cidadão é obrigatória para todos e todas as cidadãs e cidadãos nacionais,

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

residentes em Portugal ou no estrangeiro, a partir dos 6 anos de idade ou logo que a sua apresentação seja exigida para o relacionamento com algum serviço público. O cartão de cidadão é por definição um documento autêntico que contém os dados de cada cidadão e cidadã relevantes para a sua identificação mas que na verdade não respeita a identidade de 5.515.578 cidadãs, mais de metade da população; ----

-----Alguns regulamentos e programas municipais perpetuam linguagem discriminatória, como acontece, por exemplo, no caso do “Cartão Jovem Cidadão”, por exemplo. -----

-----**Assim, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida em plenário no dia 27 de novembro de 2015, recomenda:** -----

-----1. Que o Regimento da Assembleia Municipal de Sesimbra seja revisto oportunamente com vista a adotar linguagem inclusiva do ponto de vista do género; -----

-----2. Que o executivo municipal, progressivamente, altere todos os seus programas e regulamentos, todas as publicações municipais, todos os documentos e formulários de todos os serviços tutelados pelo município para que adotem uma linguagem verdadeiramente inclusiva, cumpram as recomendações do Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública, recorrendo ao uso de linguagem não discriminatória de género.” -----

-----Tomou o uso da palavra o **Deputado Miguel Ribeiro** que disse que a Comissão de Líderes tinha suscitado algumas dúvidas quanto ao texto da recomendação apresentada, tendo sido objecto de alterações significativas. Disse ainda que o Grupo Municipal do MSU votaria favoravelmente a esta recomendação. -----

-----**A Presidente da AMS** colocou à votação a recomendação atrás transcrita tendo sido aprovada, por **maioria**, com 22 votos a favor (13 CDU, 6 PS, 1 BE e 2 MSU) e 2 abstenções (PSD/CDS-PP). -----

----- Encerrado este ponto, a **Presidente da AM** deu início ao “**PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS**”, mas não houve qualquer intervenção. -----

-----Prosseguindo os trabalhos, a **Presidente da AMS** declarou aberta a Ordem de Trabalhos iniciando com o ponto 1. “**Lançamento de Derrama sobre a Coleta do IRC’2015, a cobrar em 2016**”. Referiu que este documento, tal como os documentos seguintes poderia ter uma discussão global, se os Líderes de bancada assim o entendessem ainda que depois cada um deles tivesse que passar por uma deliberação individual. -----

-----**O Deputado Lobo da Silva** considerou mais correto que se passasse a uma discussão individualizada de cada um dos pontos mas que se fosse feita uma discussão global com o consenso de todas as bancadas, a bancada do PSD também não se oporia. -----

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**Os Líderes das restantes bancadas** concordaram que a discussão fosse feita na globalidade para que não se estivessem a repetir nos vários assuntos. -----

-----**A Presidente da AMS** referiu que os pontos para discussão seriam “**Lançamento de Derrama sobre a Coleta do IRC’2015, a cobrar em 2016**”, “**Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares’2016 – Fixação da Taxa**”, “**Imposto Municipal sobre Imóveis- Fixação da Taxa a aplicar em 2015, a cobrar em 2016**” e “**Taxa Municipal de Direitos de Passagem’2016 – Fixação**”. -----

-----Disse que estes assuntos haviam sido remetidos à Assembleia Municipal e que se tinha realizado uma reunião na qual tinham estado presentes a Comissão de Líderes, a Comissão de Planeamento Urbanístico, Ambiente e Ordenamento do Território e também a Comissão de Administração Autárquica e Finanças Municipais. Disse ainda que tinham participado o Presidente da Câmara Municipal e o Vereador José Polido que prestaram os esclarecimentos às diversas questões colocadas, da qual resultara uma ata. -----

-----Disse não ter havido uma perceção do sentido de voto das respectivas bancadas, pelo que se tratava de uma matéria que não tinha ficado encerrada do ponto de vista da posição da deliberação dos diversos pontos. -----

-----A Presidente da AMS deu o uso da palavra ao **Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra** para prestar alguns esclarecimentos ou, se o entendesse, fazer uma ronda por todas as bancadas para depois esclarecer as questões colocadas. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra** começou por saudar todos os presentes e disse que apresentaria as propostas por respeito aos munícipes presentes para que tivessem noção do que se iria discutir. -----

-----Disse que a proposta da Câmara Municipal de Sesimbra relativamente à coleta da derrama era semelhante à que sempre tinha sido apresentada nos últimos 10 anos, ou seja, a cobrança da derrama destinava-se a financiar obras de investimento no Concelho e era uma receita com um significado relativamente reduzido no Concelho de Sesimbra. Referiu que este ano a receita da derrama pouco excederia os 200.000€. -----

-----Disse que da mesma maneira que os cidadãos, a nível individual, contribuíam através do IRS para as receitas do Município também era justo que fosse aplicada a taxa de 1,5% às empresas com lucro. ----

-----Salientou que não era feita nenhuma diferenciação entre as empresas com volume de negócios até 75.000€ e as de 150.000€ ou mais porque a Câmara Municipal de Sesimbra entendera que o lucro tributável não era por uma empresa ter um volume de negócios mais pequeno que não pudesse ter uma

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

margem de lucro mais vantajosa e que uma empresa com um volume de negócios maior tivesse que ser mais penalizada, pois o que contava era o lucro da empresa e era precisamente sobre esse lucro que incidia a aplicação da Derrama. -----

-----Disse que seria mantida a proposta introduzida no ano passado com base numa recomendação da Assembleia Municipal que permitia que as microempresas (empresas até 10 trabalhadores) que criassem 1 posto de trabalho pudessem ficar isentas da Derrama por um período de 3 anos bem como as empresas até 50 trabalhadores que criassem 3 postos de trabalho e as médias-empresas entre 50 e 250 trabalhadores que criassem 6 postos de trabalho. Informou ainda a Assembleia Municipal que apesar das diligências feitas junto da Repartição de Finanças com o envio de um ofício no dia 28 de outubro, não houve qualquer resposta relativamente ao esclarecimento da incidência que esta medida pudesse ter causado e que por esse facto a Câmara Municipal de Sesimbra desconhecia se existiam empresas que tivessem criado postos de trabalho.-----

-----Em seguida, o Presidente da Câmara Municipal fez a apresentação da proposta relativa “ **Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares’2016 – Fixação da Taxa**” e disse que também tal como em outros anos a Câmara Municipal propusera que a fixação da taxa fosse no seu limite máximo, de 5%, pois como era sabido, a Lei das Finanças Locais previa que 5% das receitas de IRS que o Estado arrecadasse de cada um dos cidadãos pudesse ser transferida para os municípios e que estes tinham o direito de prescindir de parte dessa receita devolvendo-a ao contribuinte. Disse que a Autarquia sempre estivera contra esta formulação pois quando a Lei das Finanças Locais criou este mecanismo, não fora um bónus atribuído aos municípios mas sim retirar a verba que os municípios recebiam e dentro dessa mesma verba passara-se a ter esta faculdade.-----

-----Disse ainda que o Município de Sesimbra era um dos municípios que recebia menos dinheiro do Orçamento Geral do Estado (cerca de 5 milhões de euros anuais) num Orçamento de quase 50 milhões dependendo a Câmara Municipal totalmente dos impostos locais e das tarifas municipais e muito pouco das transferências do orçamento do Estado. Para além da transferência anual de 5 milhões de euros para o município, cerca de 50% correspondia a esta receita proveniente do IRS dos contribuintes residentes no Concelho de Sesimbra. Salientou que qualquer redução que se fizesse neste valor de 5% para 4%, significaria perder 500.000€ de receita e que a Câmara Municipal assumira um conjunto de compromissos no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), que estava a ser pago, obrigando a ser mantida uma determinada direcção e não prescindir deste tipo de receitas. -----

-----Relativamente ao “**Imposto Municipal sobre Imóveis- Fixação da Taxa a aplicar em 2015, a**

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

cobrar em 2016", o Presidente da CMS recordou que a taxa de IMI cobrada pelo Município de Sesimbra era de 0,4%, um valor intermédio, e que se fosse cobrado o valor máximo de 0,5% seriam arrecadados mais 3 milhões de euros por ano podendo muito provavelmente fazer um bónus no IRS e que se o fizesse poderia dar-se a esse luxo mas ainda assim manteria a taxa de IMI em 0,4% em 2016 como forma de manter os incentivos à reabilitação urbana que já constavam na proposta de anos anteriores, ou seja, a permissão aos proprietários de imóveis que fizessem obras de reabilitação no Núcleo antigo da Vila de Sesimbra pudessem ter até 30% de redução do IMI, consoante o volume dessas mesmas obras de remodelação podendo ir até 6 anos de isenção de IMI para quem fizesse esse tipo de obras e tendo em conta que pela primeira vez esta hipótese fora colocada, a Autarquia decidira aderir ao chamado IMI Familiar, ou seja, a lei do Orçamento para 2015 previa a possibilidade de aplicar uma redução de IMI aos proprietários de imóveis com dependentes residentes no Concelho de Sesimbra, redução essa que poderia ser variável consoante o número de dependentes do agregado familiar, podendo variar entre os 5%, 10% ou 15%, com 1, 2 ou 3 dependentes respetivamente.-----

-----Disse que a proposta feita pela Câmara Municipal de Sesimbra situava-se no intervalo médio desta bonificação, ou seja, 5% com 1 dependente, 7,5% com 2 dependentes e 10% com 3 ou mais dependentes, o que significaria uma redução da receita do município em cerca de 108.000€ mas que tinha um significado importante para os munícipes representantes de um número significativo agregados familiares com filhos (cerca de 5.460), abrangendo entre 18.000 a 20.000 cidadãos correspondendo a 40% dos residentes no Concelho de Sesimbra.-----

-----Disse ainda que a coleta de IMI destes imóveis não tinha um grande significado, correspondendo a 1.700.000€ num total de receita do município de Sesimbra em 2014, que fora de 12.130.000€ e que era essa a razão, apesar desta bonificação, que o valor da redução da receita da Câmara seria de 108.000€.-

-----Disse que esta situação evidenciava o peso significativo da 2ª residência no Concelho de Sesimbra, que não tinham sido fornecidos os dados solicitados à Repartição de Finanças mas que se sabia da existência de 5.473 aglomerados com dependentes, desconhecendo-se os que não tinham dependentes e também os de 2ª residência. O Presidente da CMS disse ainda que a certeza era que de 60% da receita do IMI do Concelho de Sesimbra provinha das habitações de 2ª residência.-----

-----Relativamente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem o Presidente disse que onerava as empresas de telecomunicações e outras com instalações fixas no subsolo do Concelho do município de Sesimbra e que por decisão do Governo que a criara, esta taxa acabava por onerar em seguida os consumidores com a aplicação desta taxa directamente ao consumidor por parte das empresas de

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

prestação de serviços, política esta nunca defendida pela Câmara Municipal de Sesimbra, que viera propor a fixação percentual de 0,25% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano de 2016. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Manuel José Pereira** que questionou o Presidente da Autarquia sobre a possibilidade da redução do IMI só para 1ª residência e até que valores a CMS estaria disposta a ir nessa redução, uma vez que o Presidente dissera que as famílias com filhos mereciam que num global de cerca de 16 milhões de euros na soma dos 3 impostos para a Câmara e a redução de 100.000€ eram irrelevantes, e que para a CMS e para o Governo, essa redução para cada uma das famílias seria menos importante do que o conjunto da soma total dos impostos e disse esperar que o Governo futuro não pensasse assim daqui em diante. -----

-----Disse que a questão do PAEL acabara por ter alguma consequência com a criação de alguma austeridade nos próprios serviços da Câmara, passando a ter menos pessoal, menos capacidade financeira e uma gestão municipal mais difícil devido à gestão dos compromissos, ou seja, o Governo acabara por criar mais obstáculos àquela que constitucionalmente era um princípio que era a autonomia financeira dos Municípios. -----

-----Acrescentou que, do ponto de vista do PSD sempre assim fora e continuara a ser, que a política fiscal era para ser utilizada não só como uma fonte de financiamento mas também como uma fonte de redistribuição e que as próprias Autarquias tinham essa capacidade ao nível dos impostos considerados municipais. Disse ainda que num período como este, em que a sobrevivência de muitas famílias e de muitas pequenas e médias empresas era bastante difícil, não ficaria mal à CMS prescindir de um pouco da sua receita a favor da economia local. -----

-----Referiu que num mês em que se pagava o IMI, o programa do novo Governo prevera de novo a cláusula de salvaguarda dos 75€ de ano para ano e que esperava que essa consideração fosse possível e perceber ao que isso iria significar para o co-financiamento das Autarquias e encontrar uma forma equilibrada de existirem receitas para as necessidades do Município mas também de alguma justiça social devido ao momento de grave crise atravessado pelo País. Disse que o Grupo Municipal do PS fizera três propostas relativamente aos três impostos substanciais embora a Derrama tivesse uma cobrança relativamente diminuta e que já houvera tempos em que tivera, quando não fora necessário que a justiça fiscal fosse também incentivada pelo Município, razão pela qual as taxas do IMI, nos tempos do PS na Câmara, não ter havido a necessidade de serem reduzidas, pois não existira, do ponto de vista social, essa solicitação das empresas, das famílias, das instituições e das colectividades. -----

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Salientou que a política fiscal redistributiva deveria ser feita na medida das necessidades da economia.-----

-----Disse que era importante que o relatório da execução do PAEL enviado pelo Presidente da CMS mostrasse uma trajetória positiva da dívida de curto prazo, sendo mais um incentivo para que a Autarquia pensasse na possibilidade de alterar a política do IMI e que esperava que a sensibilidade social do atual Governo fosse nesse sentido sem que significasse um menor financiamento para as Autarquias.-----

-----O Deputado frisou que deveriam ser os impostos sobre o rendimento e o consumo (IRS, IVA e IRC) a financiar as Autarquias e não os impostos sobre a propriedade, esperando que essa viesse a ser uma realidade a breve prazo significando que as Autarquias não estivessem no “afogamento” em que estavam em determinados aspectos.-----

-----A Presidente da AMS cedeu a palavra ao **Deputado João Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e disse que da análise da evolução da cobrança do IMI nos últimos anos se verificara que entre 2009 e 2012 o valor da cobrança do IMI em termos anuais, aumentara de 8 milhões de euros para 9,3 milhões de euros, ou seja, deu-se um acréscimo de 1,3 milhões de euros. Contudo, de 2012 a 2015, esse acréscimo fora de 3,2 milhões de euros. Num período de crise, o valor acumulado de acréscimo desta receita nos últimos 3 anos fora de 6,9 milhões de euros, ou seja, as famílias e empresas com imóveis só no concelho de Sesimbra, deram uma contribuição acrescida através deste imposto de 7 milhões de euros, um valor bastante significativo.-----

----- Disse que por outro lado, apesar do valor estimado desta receita para o final do corrente ano ser inferior ao previsto do plano do PAEL, o cumprimento global das receitas, conjugado com o cumprimento global das despesas e especialmente com a evolução excecional e meritória do endividamento, cujo valor continuava a baixar de forma sustentada, garantira já todos os objetivos, encontrando-se o município já numa situação perfeitamente equilibrada.-----

----- Disse que face a estes dados, o Grupo Municipal do MSU defendia que o município poderia ir mais longe do que apenas a iniciativa de redução da taxa e considerou existirem condições para a redução da taxa do IMI, não com vista ao aumento do consumo mas para uma melhoria das condições de vida dos cidadãos.-----

-----Tomou o uso da palavra o **Deputado Alain Monteiro** que disse que iria falar sobre a questão do IMI, focando alguns pontos falados pela bancada do Partido Socialista.-----

-----Começou pela questão do benefício da economia local através da redução do IMI. Disse que depois da realização da reunião conjunta de comissões e de ter ouvido a intervenção do Presidente da

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

CMS sobre a matéria em questão, percebera que o IMI cobrado permitiria à CMS desenvolver um conjunto de investimento, obras, pavimentações, arranjos das praias, recuperação do património como a Fortaleza de Santiago e mais recentemente a “Mãe de Água” no Cabo Espichel, requalificar e melhorar acessibilidades, o que significava que para além de todas estas obras beneficiarem os municípios, acabariam por beneficiar também a economia local na medida em que atrairiam mais turistas a Sesimbra.

-----Referiu que Sesimbra não vivia da indústria mas sim do turismo e que sem estas receitas não seria possível a realização destas obras e que provavelmente neste momento estar-se-ia a discutir o facto de não existir este tipo de investimento.-----

-----Disse que relativamente à questão da ajuda às famílias, fora interessante perceber que a redução do IMI proposta pelo Grupo Municipal do PS acabaria por ser uma redução mínima, ou seja, o benefício que essas famílias teriam, seria mínimo face ao retorno obtido feito pelo investimento da Autarquia. ----

-----Exemplificou com a Assembleia Temática sobre “O estado da Educação do Concelho” realizada no dia 14 de novembro e lembrou alguns investimentos realizados pela CMS em escolas da competência da Autarquia, o que permitiu, certamente, a muitas famílias poupar dinheiro ao fim do mês pelo facto de não terem os filhos em colégios privados mas sim nessas escolas. -----

-----Relativamente à questão da justiça fiscal e também do peso da carga fiscal nas famílias, o Deputado disse concordar que as famílias portuguesas eram de facto sufocadas pela carga fiscal mas querer baixar o IMI ou outro tipo de imposto para aliviar estas famílias, acabaria por ser uma decisão completamente errada, sendo que, por exemplo, uma sobretaxa de IRS só num mês acabaria por ter um peso maior do que essa redução do IMI em termos anuais. -----

-----Salientou que deveria ser na Assembleia da República que esta luta fosse levada a cabo, ou seja, ajudar principalmente a redução de impostos, quer de IMI, quer de IRS e eliminação de sobretaxa e que este Governo conseguisse desempenhar esta tarefa. -----

-----Em relação aos restantes impostos, disse que o Grupo Municipal da CDU concordara com a proposta referente à derrama e que sobre o IRS, tal como o Presidente da Câmara dissera, as transferências do Orçamento de Estado significavam cerca de 5 milhões de euros, sendo que metade era do IRS e questionou ainda se existiriam condições para a Autarquia perder receita tendo em conta todos os compromissos já assumidos e também todo o investimento feito no Concelho este não seria o momento ideal para se aliviar estes impostos. Lembrou que ainda assim a Câmara já o fizera com a cobrança do IMI à sua taxa máxima (0,5) e a gestão CDU o reduzira para 0,4, significando que se fosse possível, seriam os primeiros a baixar os impostos dos municípios. -----

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A Presidente da AMS cedeu a palavra ao **Deputado Mendes Dias** que disse ter ouvido com bastante atenção as propostas que mereciam a concordância por parte do Grupo Municipal do PSD pelos princípios com que haviam sido apresentadas e sobretudo pela forma séria como a CMS havia vindo a fazer uma gestão municipal ao longo dos anos que ia ao encontro das necessidades dos cidadãos sesimbrenses.-----

-----Disse que apesar de existirem algumas divergências em alguns aspetos e nalgumas situações, relativamente à questão dos impostos e da arrecadação de receitas, reconheceu que a Câmara tinha sido bastante prudente e realista tal como com a aplicação do PAEL, um problema que o anterior Governo criara para apoio das Autarquias com dificuldades de tesouraria e outros problemas para resolver e que efetivamente ajudou quem esteve disposto a ser ajudado. Neste caso, na opinião do Grupo Municipal do PSD, a CMS enveredara pelo melhor processo, que foi assumir as suas responsabilidades sendo evidentes os resultados. Disse ser com agrado que verificara que o atual endividamento da Câmara era completamente diferente daquele que tinha há 2 e 3 anos, o que só foi possível fazer com uma gestão rigorosa em termos orçamentais. Não era possível prometer nem dar porque as condições não o permitiam.-----

-----Disse que aqueles que atualmente tinham a noção de que tudo poderia ser fácil e concretizado, negociando uma medida retirando metade de outra para conseguir realizar apenas uma parte dessa primeira medida, não tinha nenhuma conduta nem linha de orientação para “*chegar a bom porto*”.-----

-----Salientou o rigoroso trabalho do Executivo da Câmara Municipal de Sesimbra, incluindo todos os Vereadores, com a realização de uma gestão coerente, o que se tornara um benefício para todos os munícipes.-----

-----Disse não concordar com o que o Deputado Alain dissera sobre o facto de Sesimbra ser apenas turismo e acrescentou que Sesimbra era um factor de dinâmica turística, sendo necessário a CMS apostar (e já o estava a fazer) cada vez mais noutras atividades económicas que pudessem dinamizar outras áreas de igual importância para quando o turismo em Sesimbra não tivesse o impacto referente aos meses de Verão.-----

-----Acrescentou que até poderia ser um pouco provocatório mas que já estava tudo mais calmo, pois o Deputado Nuno Nabais pusera alguma “água na fervura” com a sua intervenção e que o Grupo Municipal do PSD concordava com a proposta nos termos em que fora apresentada pela CMS, apoiando e votando favoravelmente na mesma.-----

-----Tomou o uso da palavra o **Deputado José Guerra** que disse que relativamente às propostas

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

apresentada pela CMS, não iria comentar a proposta correspondente à “Taxa Municipal de Direitos de Passagem’2016 – Fixação”, uma vez que se tratava de uma Lei Governamental à qual a Autarquia não poderia fazer absolutamente nada. -----

-----Relativamente às restantes propostas, o Deputado disse que o Grupo Municipal do BE tinha opiniões diferentes não tendo apresentado propostas por escrito e que o iria fazer mais tarde na Declaração de Voto conjunta respeitante aos pontos: Lançamento de Derrama sobre a Coleta do IRC’2015, a cobrar em 2016; Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares’2016 – Fixação da Taxa; Imposto Municipal sobre Imóveis- Fixação da Taxa a aplicar em 2015, a cobrar em 2016. -----

-----Defendeu que as empresas com faturação inferior a 150.000€ deveriam ficar isentas do pagamento da Derrama, bem como a devolução de 1% do IRS para os munícipes e que em relação ao IMI, mesmo como apoio à natalidade, a redução deveria ser de 10%, 15% e 20% para quem tivesse 1, 2 ou 3 ou mais filhos respetivamente e que no seu total deveria reduzir dos 0,4% para os 0,375%.-----

-----Referiu que depois de vistas as contas apresentadas pela CMS, não existia margem para a prática de uma maior justiça de imposto e de taxa a que os munícipes de Sesimbra tinham direito.-----

-----Disse ainda que o BE estava presente na Assembleia Municipal desde 2005 e que desde cedo alertara o Executivo da CMS para os erros cometidos e para os caminhos trilhados em apostas, que deram prejuízo e endividaram a Autarquia, essencialmente para as questões do imobiliário e condições de estruturas de construção desaproveitadas e que só há pouco tempo a CMS começara a perceber que desde 2007, desde a crise imobiliária, esse não tinha sido o caminho mais correto a ter sido percorrido. -

-----A Presidente da AMS cedeu a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que disse que seria mais fácil se atualmente a CMS não vivesse dos impostos municipais e que todos gostariam que o IMI descesse e que a CMS não cobrasse Derrama, mas que o Executivo CDU tinha de gerir a Câmara da mesma forma que o PSD sempre dissera: “*contenção nas despesas*” e a Autarquia seguiu esses passos. -----

-----O Deputado realçou dois aspetos importantes: congratular-se a que a CMS soubera ouvir a recomendação dos Deputados do PSD em relação ao IMI familiar e, por outro lado, que em relação à Derrama, (solicitou ao Presidente da CMS que o corrigisse) não vira qual seria a aplicação do valor arrecadado.-----

-----Disse que o Grupo Municipal do PSD esperava que com o valor arrecadado, o mesmo fosse aplicado nalguma recomendação que os deputados do PSD haviam feito ao longo do ano nesta Assembleia.-----

-----Relativamente à intervenção do Deputado Manuel José Pereira disse concordar que em tempos

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

não houvera a necessidade de baixar os impostos municipais, nomeadamente o IMI, mas a questão aqui era o porquê de naquele tempo não ter existido essa necessidade.-----

-----Referiu que em 2005, haviam sido realizadas obras novas e operações de loteamento, o que significara o dinheiro que movia a CMS e que naquele tempo fazia entrar na Câmara “carros de mão com dinheiro” e que nessa altura é que se deveria ter reduzido o IMI porque se arrecadava “rios” de dinheiro.

-----Questionou como seria possível baixar estes impostos hoje em dia e desafiou os deputados da AMS a assistirem às reuniões de Câmara para que tivessem conhecimento de quantas obras novas e operações de loteamento existiam atualmente, pois correspondiam a zero. Ao não existirem receitas, e vivendo esta Câmara dos impostos municipais, como seria possível uma gestão com a redução desses mesmos impostos. -----

-----Disse que se deveria baixar mais mas que teria de ser aos poucos, ainda mais uma gestão CDU, um Partido de Esquerda, que gostava de ajudar os munícipes. -----

-----Acrescentou que o Grupo Municipal, que já fora apelidado de grupo radical de extrema-direita, votaria favoravelmente. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Miguel Ribeiro** que disse existir uma aproximação de políticas respeitantes a estas matérias entre a CDU e o PSD, o que fazia lembrar o discurso do PSD nos últimos 4 anos de Governação em que insistia com a questão do rigor orçamental. -----

-----Disse concordar que o investimento feito em obras no Concelho beneficiasse toda a população mas não aceitava que fosse dito que por muito pouco reflexo que a redução do IMI tivesse ao nível das bolsas das famílias, fosse algo de irrelevante ou de pouco significante e que nesta ótica não se aumentaria o salário mínimo cujo último aumento fora de 485€ para 505€, ou seja, de apenas 20€. Acrescentou que por esta linha de pensamento não existiriam benefícios fiscais nem se reivindicaria o aumento do abono de família relativamente aos filhos. -----

-----Salientou que não se poderia ter uma visão exclusivamente micro das coisas e que era óbvio que todos os contributos e políticas adotadas que permitissem às famílias embolsar alguma quantia teriam algum significado. -----

-----Disse que o Grupo Municipal do MSU defendera a existência da possibilidade da redução da taxado IMI não apenas para 0,4% mas que se poderia ter ido mais além e permitir que se esta “perda” de receita do município passasse de 100.000€ para 200.000€, não iria ficar mais incapaz de fazer face aos seus compromissos, nomeadamente aqueles que haviam sido assumidos relativamente ao PAEL, até porque como já havia sido dito, nos últimos 3 anos, o que fora amealhado em termos de acréscimo de

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

receita proveniente do IMI se situara em cerca de 7 milhões de euros e equacionar, por vontade do município, fazer retornar às famílias algum rendimento seria bastante positivo. -----

-----Disse não concordar que esta redistribuição da riqueza não deveria ser equacionada apenas em tempos de crise mas sempre, pois obviamente, toda a política fiscal deveria visar esta distribuição de riqueza especialmente por aqueles que mais precisavam. -----

-----Para terminar, disse esperar que o rigor orçamental seguido pela Autarquia e em especial pela CDU, pudesse ser extensível à CDU nacional no que dizia respeito à questão da disciplina orçamental e dos compromissos assumidos por Portugal ao nível da União Europeia e que não inviabilizasse o Governo que entrara agora em funções em relação a estas mesmas opções. -----

-----A Presidente da AMS cedeu a palavra ao **Deputado Nuno Nabais** que pediu a opinião do Presidente da CMS sobre umas notícias divulgadas pela comunicação social a propósito de uma interpretação da Autoridade Tributária, sobre o facto de as Autarquias estarem proibidas de dar benefícios fiscais a empresas. Disse tratar-se da Lei nº 73 do Regime Financeiro das Autarquias locais e dos Poderes Tributários e das isenções que poderiam ser concedidas, nomeadamente a propósito da derrama. -----

-----Tomou o uso da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Jesus** que referiu a sessão como bastante animada e que Grupo Municipal do PSD estava a ter uma evolução, parecendo um partido de protesto, como era costume o Grupo Municipal da CDU ser denominado e disse gostar dessas mudanças de atitude e que se fosse necessário estaria disposto a explicar como se colocavam cartazes. -----

-----Continuou e disse que relativamente à receita fiscal e ao IMI, se tratavam de assuntos que já haviam sido discutidos inúmeras vezes e que era do conhecimento de todos de que cerca de 60% da receita do IMI correspondia às segundas habitações e que qualquer redução que fosse feita a nível global para o município, iria afetar os 60% de 2ª habitação e não os residentes do Concelho de Sesimbra, correspondentes a 40% da receita total. Disse que, tal como também já havia sido dito por diversas vezes, se existisse a legalidade de uma discriminação positiva relativamente aos primeiros residentes e discriminação negativa relativamente às segundas habitações, certamente seria aplicada, pois tratava-se de um princípio que sempre fora defendido. -----

-----Referiu que o Grupo Municipal da CDU não era defensor da proposta da redução do IMI familiar por dois motivos: o primeiro porque surgia de uma proposta legislativa na atual Lei do Orçamento do Estado quando na realidade, a Administração Central, que propunha a possibilidade da redução do IMI

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

familiar aos municípios, era a própria, na arrecadação de impostos e a nível de competência em matéria fiscal a fazer o contrário que foi agravar significativamente os rendimentos das famílias, não tendo havido da parte da Administração Central nenhuma atenção relativamente a qualquer redução que na sua competência pudesse ter feito. Desta forma se confirmava que a Administração Central e os sucessivos Governos continuavam a fazer um “brilharete” à custa da gestão autónoma dos próprios municípios. ----

-----O segundo motivo prendia-se com o facto de esta redução do IMI familiar não representar nenhum factor discriminativo em termos solidários, ou seja, o público-alvo seria estritamente o de 1ª habitação, daí o município ter como única ferramenta ao seu dispor para poder discriminar positivamente os residentes do Concelho de Sesimbra, optando por esta solução mesmo discordando dela porque um casal com um rendimento altíssimo teria uma redução de 10% tal como não teria qualquer redução alguém sem filhos a ganhar o ordenado mínimo nacional. Disse não existir nenhuma perspetiva solidária no conceito de IMI familiar a não ser, na opinião pública, mais uma vez a pressão dos munícipes sobre as Autarquias locais para a redução dos impostos. -----

----- Explicou ainda que a aproximação da CDU ao PSD era inexistente, e que numa perspetiva macro, o PSD poderia ver as propostas da CDU relativamente à matéria do financiamento local. -----

-----Referiu que o problema na estratégia do financiamento local devia-se ao facto de grande parte receita do município assentar essencialmente nos impostos locais (taxas e tarifas), quando o que deveria acontecer era uma maior participação nas receitas globais (IRS, IRC e IVA). -----

-----Disse que a última lei das Finanças Locais tinha 2 anos e que a redução da participação dos municípios nestes 3 impostos fora de 23,5% para 19,5%. -----

-----Relembrou que os 5% do IRS, contrariamente à anterior Lei, estavam englobados na receita do município, ou seja, o município não tinha os 19,5% de IRC, IRS e IVA mas que estes 5% já estavam incluídos neste valor e que se fossem descontados, esta participação ainda seria menor. -----

-----Disse que havia sido discutido pela Associação de Municípios que este valor deveria ser cumulativo. -----

-----Relembrou ainda que na questão do IMI, cerca de 400.000€ ficavam nos cofres do Estado tendo 1,5% de liquidação, ou seja, mesmo que o município não recebesse nada, o Estado cobraria 1,5% sobre o emitido. -----

-----Disse que concordava com o Deputado Manuel José Pereira sobre a necessidade de ser feita uma alteração significativa do conceito do financiamento da Administração Local, bem como voltar a repensar-se o IMI na perspetiva de discriminação positiva entre a 1ª e 2ª habitação mas que também era

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

necessário a Lei de Finanças Locais discriminar positivamente os municípios com um impacto significativo quer de 2ª habitação quer de turismo devido ao aumento significativo da população flutuante durante certa parte do ano no Concelho. -----

-----Salientou que quando se desse esta alteração, e que não fosse pela CDU ou pelo PCP, que não era um Partido mas uma coligação PCP e “Os Verdes”. -----

----- Disse que o PCP tinha na Assembleia da República no Quadro das Finanças Locais uma proposta para que a participação dos municípios fosse de 26,5% sem IVA, o que não era nada fora do comum, pois aproximava a média europeia de participação das Autarquias Locais e do Poder Local nos impostos dos respetivos Estados e que Portugal era dos países da Europa onde a Administração Local tinha uma participação menor nos impostos locais, o que precisava de ser alterado e que quando isso acontecesse, teria de ser discutida uma melhoria de condições dos munícipes de Sesimbra para que os impostos locais tivessem condições efectivas para a sua redução e poder apoiar as famílias do Concelho. -----

-----A Presidente da AMS cedeu a palavra ao **Deputado Alain Monteiro** que se dirigiu ao Deputado Lobo da Silva dizendo que a Câmara Municipal de Sesimbra tinha uma estratégia e um programa que estavam a ser concretizados.-----

-----Relativamente à questão da aproximação ao apoio do PSD disse que era bom o reconhecimento por parte de uma força política que reconhece o esforço e rigor que a Autarquia impusera. Lamentou que outras forças, certamente por interesses partidários, não o conseguissem reconhecer.-----

-----Questionou se alguém se lembrava da última obra concretizada pelo Estado no Concelho de Sesimbra e afirmou que mais de 90% do investimento fora realizado pela CMS. -----

-----Relativamente ao Deputado Miguel Ribeiro disse: “Grão a grão enche a galinha o papo” e afirmou que quando a Câmara construía uma Unidade Escolar ajudava a poupar nas despesas mensais das famílias acabando por haver uma compensação face à tal diferença do IMI. Disse ainda, quando se referira à receita perdida, que se fosse praticada a taxa de 0,5% desde 2005, a Autarquia teria recebido mais 3 milhões de euros, o que teria sido bastante importante para a Autarquia.-----

-----Tomou o uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva** que lembrou ao Deputado Alain Monteiro a situação do Centro de Saúde da Quinta do Conde.-----

-----Relativamente à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia do Castelo disse ter ouvido a atentamente a explicação dada tendo ficado bastante elucidado e disse que tinha hipótese de fazer prevalecer as ideias e sugestões que acabara de dizer se fosse ter ao Largo do Rato. Relativamente ao dito cartaz, questionou se tinha ficado sensibilizado com a sua colocação à porta da escola. -----

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A Presidente da AMS apelou para que fosse evitado o diálogo mas ainda assim o Deputado Lobo da Silva continuou e disse que não o tinha convidado mas que para a colocação de um próximo cartaz, faria questão de o convidar para observar se o PSD estava a trabalhar bem no que dizia respeito à colagem.-----

-----**A Presidente da AMS** salientou que se as intervenções continuassem a ter o tipo de preocupação que já tinha sido manifestada, seria obrigada a cortar a palavra aos intervenientes. -----

-----Alertou para que fosse compreendido que estavam a ser tratados assuntos sérios e preocupantes merecedores de uma reflexão cuidadosa, criteriosa e consciente realizada por parte de muitas bancadas e que independentemente de se estar a chegar à chamada “hora psicológica”, deveria manter-se uma atitude de seriedade relativamente às situações e aos problemas.-----

-----Tomou o uso da palavra o **Presidente da Câmara Municipal** que do conjunto de intervenções, realçou a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, que considerou extremamente pedagógica relativamente à Lei das Finanças Locais e que muitas vezes existia a tendência a esquecer o enquadramento desta legislação e os prejuízos causados pela mesma. Salientou que infelizmente o município de Sesimbra era um dos mais prejudicados, como a Freguesia da Quinta do Conde devido ao orçamento miserável face ao crescimento demográfico registado, refletindo-se em todo o Concelho. ----

----- Disse que era necessário não esquecer essa situação quando era preciso tomar este tipo de decisões porque a Autarquia não “vivia do ar” e que apesar da situação financeira do município ter tido uma melhoria, ainda não estava completamente resolvida porque ainda existia uma dívida de curto prazo para pagar se bem que tivesse reduzido de 20 milhões para cerca dos 6 milhões, o que era bastante importante mas que ainda assim continuavam a existir problemas.-----

-----O Presidente considerou caricata a intervenção do Grupo Municipal do PS porque enquanto estivera no Executivo da Câmara, nunca reduzira nenhum destes impostos e que agora alegava que tal nunca havia sido feito porque a população não precisara dessa redução estando esses valores a ser cobrados sempre na taxa máxima. Acrescentou que nessa altura votara favoravelmente as propostas do PS porque era uma pessoa coerente e entendera que eram importantes para a gestão do Município e lamentou que o PS não o fosse também atualmente.-----

-----Sobre a questão colocada do valor que a CMS estaria disposta a reduzir se todos os residentes viessem a beneficiar dessa redução, o Presidente disse que provavelmente se baixaria o mesmo montante que fora reduzido. -----

-----Disse ainda, e para quem tivera oportunidade de ler a Declaração de Voto da CDU, que

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

politicamente não se revia integralmente nesta proposta e que a pretendida era uma que discriminasse positivamente todos os residentes do Concelho, independentemente de terem ou não terem dependentes mas que a utilizada tinha méritos, beneficiara a população residente se bem que esta política relativamente às famílias deveria ter sido feita em sede de IRS e não de IMI para que as pessoas pudessem abater as despesas com o IMI até um determinado montante no IRS e assim seria feita justiça social em função dos rendimentos de cada agregado familiar tal como se fazia com as despesas de educação e de arrendamento das casas.-----

-----Frisou que as propostas apresentadas pelo PS nas várias áreas rondavam os 700.000€ e que os Vereadores consideraram que não tinha de ser esse valor, tentando fazer uma negociação. Disse que a CMS, por razões relacionadas quer com a gestão financeira do Município quer com o facto de com a aplicação do valor máximo do IMI familiar vir a acentuar mais ainda a discrepância entre os residentes com e sem descendentes fizera a primeira Declaração de Voto em 10 anos de gestão sobre uma proposta da própria Câmara para uma melhor fundamentação. Disse que essa opção tivera a ver com o menor afastamento entre os benefícios que os vários residentes iriam ter, sendo esse o motivo pelo qual a CMS não ter ido ao valor máximo.-----

-----Referiu que os dois únicos Municípios a aplicar o IMI familiar tinham sido Sesimbra e Montijo tendo este último a taxa de IMI em 0,45%, e que segundo a própria Câmara dizia, era bem gerida tendo já saldado a sua dívida do PAEL. Acrescentou que se a Autarquia de Sesimbra aplicasse a taxa de 0,45%, existiriam mais 1 milhão e meio de euros para investir. -----

-----Referiu que a Câmara de Sintra, sendo do PS, havia decidido não praticar o IMI familiar tal como a do Porto e que utilizaram os fundamentos que certamente se justificariam. Disse que a Câmara de Sesimbra não aplicara a taxa sobre a Proteção Civil nem sobre as dormidas turísticas nos hotéis tal como a Câmara Municipal de Lisboa o fizera. -----

-----Disse que sobre este assunto teria de se “olhar” para a globalidade e não só para uma parte.-----

-----Relativamente ao facto do Grupo Municipal MSU ter afirmado na sua intervenção que nos últimos 4 anos a CMS havia arrecadado mais 6 milhões de euros, o Presidente da Autarquia disse que era verdade e que se deveria ter em atenção o lado das despesas que haviam surgido com obras estimadas nesse valor. -- Salientou ainda a existência de outros impostos significativos que a CMS tivera ao longo dos anos e que haviam “caído a pique” tais como o IMT e os impostos provenientes das taxas urbanísticas e que esse dinheiro arrecadado tinha vindo equilibrar estes factos. Explicou que com a EDP, a Simarsul, a Amarsul e os combustíveis, a Autarquia tinha uma despesa anual de 6 milhões de euros. Disse ainda que o

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

IVA havia aumentado de 6% para 23% e que a CMS e todos os outros Municípios do país pagavam IVA sobre a iluminação pública à taxa máxima e que as refeições escolares também eram taxadas a 23%. ----

-----Disse ainda que as receitas obtidas do IMI permitiam ajudar mais as famílias do que se fossem beneficiadas e exemplificou que se a taxa do IMI baixasse para 0,39%, tal como havia sido proposto pelo Grupo Municipal do PS, permitiria que uma casa de 100.000€ pagasse menos 10€ por ano e que se fosse seguida a proposta do grupo Municipal do BE com a redução para 0,375%, a poupança anual sobre uma casa de 100.000€ seria de 25€, o equivalente ao último aumento mensal do salário mínimo. -----

-----Disse que nos últimos 10 anos, quando se procedera à construção de mais salas de Jardins de Infância, ao equipamento de mais refeitórios escolares e a atribuição de transporte escolar a famílias com residência a menos de 3 Km do estabelecimento escolar devido ao reconhecimento dos percursos pedonais para a escola não serem os mais seguros, houvera um aumento da despesa por parte da CMS, mas todo esse investimento tivera um maior significado para as famílias do que os 10€ que pudessem poupar anualmente com a redução da taxa do IMI. Disse que havia que ter consciência daquilo que estas verbas permitiam fazer. -----

-----Salientou que o discurso do BE continuava a ser o mesmo durante os últimos 10 anos com a aposta da Autarquia no imobiliário com a construção de infra-estruturas sem ter tido qualquer retorno e desafiou o BE a dar um exemplo de tal situação ter acontecido nos últimos 10 anos. Disse que o grande “boom” dos loteamentos particulares se havia realizado nos mandatos anteriores à chegada da CDU à Câmara. -----

-----Disse que tal acontecera porque o PDM o permitira devido à grande capacidade financeira mas que não se havia tratado de investimentos municipais, investimentos esses realizados em redes de água e infra-estruturas de carácter geral mas que nunca eram suficientes, dando origem à constante necessidade de realizar mais investimento a este nível. -----

-----Salientou que se o BE se estava a referir ao processo da “Mata de Sesimbra”, a CMS ainda não havia gastado dinheiro, para além dos custos de apreciação dos processos que decorreram na Câmara, sendo necessário pagar aos Técnicos da Autarquia que realizaram esse acompanhamento. Disse que sem ainda ter sido construído qualquer metro quadrado, a Autarquia já arrecadara receitas na ordem dos 6 milhões de euros em IMT provenientes da venda de terrenos nesse território. -----

-----Disse que a concretização do conjunto de propostas apresentadas pelo BE, representava uma quebra de 1,5 milhões de euros à CMS, o que era inaceitável podendo apenas ser concretizada por alguém que não tivesse capacidades de gerir e conduzir os destinos do Município. -----

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Relativamente à provocação do MSU sobre a questão da aproximação política entre a CDU e o PSD o Presidente disse não existir qualquer aproximação política mas que a nível da política municipal fiscal tinha vindo a haver por parte do PSD uma avaliação positiva e correta da responsabilidade da gestão do Município e considerou que quem estava errado não era o PSD mas os outros Grupos Municipais devido à continuação do mesmo discurso ao longo dos anos perante as evidências.-----

-----Disse que em relação à CDU Nacional não existia a capacidade de influência para se poder discutir ao nível do Governo.-----

-----Relativamente aos benefícios fiscais a empresas referidos pelo Deputado Nuno Nabais, o Presidente disse que também tivera conhecimento dessa situação pela comunicação social e que acreditava que no Concelho não existia nenhuma situação e que o único caso em que se poderia falar de benefício fiscal prendia-se com a questão da isenção da derrama às empresas que criassem postos de trabalho mas que aquilo de que se falava era poder isentar impostos obrigatórios como o IMT e o IMI, ambos receitas municipais e que até ao último orçamento, a Assembleia Municipal poderia ter isentado o IMI e que até tinha havia sido falada essa questão relativamente ao loteamento municipal da Ribeira do Marchante e que havia sido necessária a alteração do modelo de contrato com os particulares por essa possibilidade ter sido retirada pela última Lei do Orçamento.-----

-----Terminadas as intervenções, a **Presidente da AMS** deu início à votação dos pontos da Ordem de Trabalhos já apresentados e lembrou que o ponto 1. teria duas votações diferenciadas a primeira sobre o Lançamento da Derrama e a segunda respeitante à Isenção da Derrama.-----

-----Foi aprovado, **por maioria**, sob proposta da Câmara Municipal, com 17 votos a favor (13 CDU, 2 PSD/CDS-PP e 2 MSU), 6 votos contra do PS e 1 abstenção do BE, autorizar:-----

-----“1. O lançamento de uma Derrama de 1,5 % sobre o Lucro Tributável Sujeito e não Isento de Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) de 2015 a cobrar no ano de 2016.-----

-----Aprovar, por maioria, com 18 votos a favor (13 CDU, 2 PSD/CDS-PP, 2 MSU e 1 BE) e 6 votos contra do PS:-- -2. A isenção da derrama por um período de 3 anos aos sujeitos passivos que instalem a respetiva sede social, assim como aos sujeitos passivos que já tenham a sua sede social no Concelho de Sesimbra e que criem e mantenham postos de trabalho efetivos, durante o mesmo período nos seguintes termos: ---

- Microempresas (até 10 trabalhadores) – 1 Posto de Trabalho-----
- Pequenas Empresas (até 50 trabalhadores) – 3 Postos de Trabalho-----
- Médias Empresas (Entre 50 e 250 trabalhadores) – 6 Postos de Trabalho-----

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A aludida isenção está conforme os poderes tributários conferidos aos municípios nos termos da alínea d) do artigo 15.º e das isenções e benefícios fiscais do n.º 2 do artigo 16.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, tendo em vista fomentar a economia local e promover a criação de emprego atendendo à grave crise de desemprego que continua a grassar. -----

-----A concretização da isenção proposta ficará condicionada à entrega dos elementos comprovativos por parte das empresas que pretendam beneficiar da mesma e da inscrição desta na plataforma da Autoridade Tributária.”-----

-----O **Deputado Manuel José Pereira** disse que apresentaria a sua declaração de voto após as votações do IMI e IRS.-----

-----O **Grupo Municipal do PSD** apresentou a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“A Derrama está associada aos Impostos diretos previstos na Lei da Finanças Locais. Este imposto que visa somente as empresas do Concelho de Sesimbra que no final do seu ano civil obtenham lucros, --

-----O valor arrecadado pela Câmara de Sesimbra nos últimos anos tem ficado aquém do previsto em Orçamento Municipal exceto em 2014. Para este ano de 2015 tinham sido previstos 400.000,00 € mas até Outubro somente tinham sido arrecadados 194.417 € ou seja 49%, podendo no entanto este valor ascender aos 280.000 Mil €.-----

-----Esta diminuição dos valores recebidos referente à derrama resulta da conjuntura que se tem verificado na economia do País e nomeadamente na economia do Concelho de Sesimbra.-----

-----No entanto a fixação da taxa de 1,5% somente sobre as empresas do Concelho que apresentem lucro tributável, tem ajudado para a realização de diversos investimentos municipais.-----

-----Se em outros anos sabíamos qual a finalidade dos valores desta receita, este ano a Câmara omite qual a sua finalidade. -----

-----Assim, ficamos na expectativa se este valor arrecadado será para aplicar em alguma recomendação dos Deputados Municipais do PSD.-----

-----De uma forma consciente e responsável e sabendo que o Município de Sesimbra conta com as suas receitas próprias para fazer face aos compromissos estabelecido com o Governo que disponibilizou uma ferramenta imprescindível à autarquia (PAEL) . -----

-----Os Deputados do PPD/PSD votaram favoravelmente a fixação de 1,50 % como taxa a cobrar no ano de 2016.”-----

-----A **Presidente da AMS** deu início ao Ponto 2 da Ordem de Trabalhos referente ao “**Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares’2016 – Fixação da Taxa**”.-----

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor (13 CDU, 2 PSD/CDS-PP e 2 MSU), 6 votos contra (PS) e 1 abstenção (BE), sob proposta da Câmara Municipal, fixar a percentagem de participação variável do IRS, a vigorar em 2016, no valor de 5%, em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

-----O **Grupo Municipal do PSD** apresentou a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“Sabendo-se que as principais receitas do Município dependem essencialmente dos impostos municipais. -----

-----Este imposto sobre o rendimento das pessoas singulares faz parte desse grupo e assim sendo o Município não deve prescindir de fixar aplicação de 5% no IRS, na sequência do acordo celebrado com Estado Português ao abrigo do PAEL. -----

-----Coerente e de acordo com os nossos princípios de quando devemos temos que honrar os nossos compromissos. -----

-----Daí o nosso voto favorável”. -----

-----A **Presidente da AMS** deu início ao ponto seguinte: “**Imposto Municipal sobre Imóveis- Fixação da Taxa a aplicar em 2015, a cobrar em 2016**” e disse que uma vez que não havia sido apresentada nenhuma proposta formal, perguntou aos Líderes se existiria algum inconveniente que a votação pudesse ser realizada na globalidade dos pontos A, B e C. -----

-----O **Deputado Manuel José Pereira** solicitou que os pontos B e C fossem votados separadamente, uma vez que estavam relacionados com isenções por reduções da taxa. -----

-----A **Presidente da AMS** deu início à votação da alínea A. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar por **maioria**, com 17 votos a favor (13 CDU, 2 PSD/CDS-PP, 2 MSU), 6 votos contra (PS) e 1 abstenção (BE):-----

-----“A- Fixar a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis dos prédios urbanos e rústicos nos termos do n.º 1 do artigo 112.º do CIMI no ano de 2015, a cobrar em 2016, nos seguintes valores respetivamente: --

-----a) Prédios Rústicos:0,8%-----

-----b) Revogada-----

-----c) Prédios Urbanos:0,4%”-----

-----Aprovou por **maioria** com 23 votos a favor (13 CDU, 6 PS, 2 PSD/CDS-PP, 2 MSU) e 1 abstenção (BE):-----

-----“B- Para os efeitos fixados no n.º 6 do artigo 112.º do CIMI:-----

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----a) Que a área territorial de incidência do incentivo para combate à desertificação e reabilitação urbana coincida com a do Núcleo Antigo da Vila de Sesimbra, indicada na planta anexa;-----

-----b) Minorar por um período máximo de cinco anos, as taxas a vigorarem a partir de 2016, para os prédios sítos na área territorial, definida na planta anexa, cujos proprietários comprovem, até 30 de junho de 2016, ter realizado obras de reabilitação nos últimos seis anos, de acordo com os seguintes critérios: -

-----i. Recuperação integral do prédio (externa e interna), sem aumento da STP-----
----- (superfície total de pavimentos) – 30% -----

-----ii. Recuperação geral externa ou recuperação geral das infraestruturas internas sem aumento da STP – 20% -----

-----iii. Recuperação parcial ou recuperação do prédio com aumento da STP-10%” -----

-----Aprovou, por **maioria**, com 15 votos a favor (13 CDU, 2 PSD/CDS-PP) 8 votos contra (6 PS e 2 MSU) e 1 abstenção do BE: -----

-----“C- Para os efeitos do permitido legalmente no n.º 13 do artigo 112.º do CIMI na atual redação, fixa-se para o ano de 2015 do IMI a cobrar em 2016, redução da taxa proposta acima na alínea c) do ponto A (prédios urbanos 0,4%), nas seguintes percentagens: -----

Número de dependentes a cargo do proprietário de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do mesmo, (nos termos previsto no artigo 13.º do Código do IRS) que compõem o agregado familiar respetivo a 31 de dezembro	Redução da Taxa de 50% do limite legal fixado, conforme aditamento (n.º 13) introduzido pela Lei do OE (seu artigo 213.º) para o ano de 2015, ao artigo 112.º do CIMI
1	5%
2	7,5%
3 ou mais	10%

-----O Grupo Municipal da CDU apresentou a seguinte **Declaração de Voto**: -----

-----“O grupo municipal da CDU votou favoravelmente a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Sesimbra por concordar com a mesma, ou seja, aprovamos a redução da taxa de IMI em função do número de dependentes nos termos apresentados, assim como a manutenção das taxas verificadas no ano de 2015. Temos a perfeita noção de que esta proposta, consubstanciada na redução da taxa de IMI “familiar” representa para a autarquia abdicar de uma receita de pouco mais de 100 mil euros. -----

-----Como todos sabemos, a maioria das autarquias, e a Câmara Municipal de Sesimbra não é exceção, depende grandemente de receitas próprias. Isto significa que são cada vez menos dependentes

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

das receitas resultantes das transferências do orçamento de Estado, que têm nestes últimos anos diminuído drasticamente. Neste sentido, a par do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e da Derrama, o IMI representa uma importante fonte de receita para a CM Sesimbra, ver mesmo a mais importante. -----

-----Estas receitas têm servido como fonte de financiamento no investimento realizado no Concelho de Sesimbra e que em algumas áreas ultrapassa as suas competências, contrariando o investimento do poder central, deveras inexistente. -----

-----Por outro lado, a redução do IMI nos termos apresentados pelo Partido Socialista, manifesta apenas e somente como objetivo servir de base a interesses políticos/partidários reforçando a postura de interesse eleitoralista, adotada neste mandato, pois representaria um benefício anual de 10 a 20 euros para a maioria das famílias do nosso concelho. Isto significa que a vida das famílias não melhora com esta redução como nos querem fazer crer, pois estes valores não aliviam a enorme carga fiscal que estão sujeitas, principalmente desde 2011 com as medidas de austeridades aplicadas pelo Governo PSD-CDS de que todos conhecemos, nem corrige as injustiças patentes no sistema fiscal. -----

-----Todavia, o impacto da redução do IMI proposta pelo Partido Socialista representaria uma diminuição de receita superior a 100 mil euros para o município, a somar aquela já assumida pela proposta da Câmara. Neste sentido, não aprovamos que se abdique desta receita que têm visado melhorar a qualidade de vida dos Sesimbrenses. -----

-----As receitas do município de Sesimbra traduzem-se na prática em investimento para o concelho, em obras de saneamento, pavimentação e requalificação de acessibilidades e espaços públicos, construção e arranjo de espaços verdes, construção e arranjos de escolas, apoio escolar e apoio social entre tantos outros investimentos basilares e essenciais para a população residente. Assim, o retorno para as famílias e para os sesimbrenses em geral é substancialmente maior face ao verificado caso se optasse por reduzir o IMI ainda mais, conforme proposto pelo PS. -----

-----Contudo, preocupa-nos a situação das famílias sesimbrenses, assim como de todos os Sesimbrenses em geral, sintetizadas nas suas dificuldades económicas. É, com estas preocupações em mente, que os eleitos pela CDU na Assembleia da República têm continuamente apresentado medidas no sentido de desagrar a carga fiscal de quem vive do seu salário, da sua reforma ou pensão. Acreditamos ser esta a via correta para melhorar as suas vidas e não aquela que, ao dispêndio da autarquia Sesimbrense, ou de qualquer outra autarquia sirva este propósito. Faze-lo desta forma seria tremendamente injusto, incoerente e mesmo altamente demagógico. Injusto pois as autarquias

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

dependem cada vez mais de si para se financiarem, como é o caso de Sesimbra onde as transferências do orçamento de Estado são cada vez menores como o referimos anteriormente, incoerente pois não podemos exigir investimento basilar e ao mesmo tempo retirar o financiamento necessário para o fazer e demagógico pois a troca de interesses puramente partidárias de promessas fáceis de alívio financeiro não devemos onerar as autarquias desta premissa”.-----

-----O Grupo Municipal do PS apresentou a seguinte **Declaração de Voto** conjunta respeitante aos pontos: **“Lançamento de Derrama sobre a Coleta do IRC’2015, a cobrar em 2016; Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares’2016 – Fixação da Taxa; Imposto Municipal sobre Imóveis- Fixação da Taxa a aplicar em 2015, a cobrar em 2016”:**-----

-----“O Grupo Municipal do PS continua a considerar que faz todo o sentido avaliar as propostas da CMS sobre a fixação das taxas e o estabelecimento de isenções para os vários impostos municipais a cobrar em 2016 em conjunto, até porque se trata de encontrar uma solução orçamental que permita um equilíbrio entre dois aspetos essenciais, captar a receita necessária ao funcionamento e aos investimentos necessários, mas sem deixar de atender à situação das famílias e das empresas contribuintes, quer em termos das suas necessidades de rendimento disponível, quer garantindo uma real justiça fiscal. -----

-----E começamos por dizer que, claramente, não foi isso que a câmara fez uma vez mais. -----

-----Embora reconhecendo que estávamos perante um governo que, ou tomava medidas inconstitucionais, ou geria os impostos subindo os seus e criando descontos ou abates nos dos municípios, sempre temos feito a leitura de que não se combate uma má política fiscal com outra pior. Continuamos por isso a afirmar que, por exemplo no IMI, em momento de reavaliações do património, se pode baixar a taxa porque ainda assim se consegue maior receita. Os impactos na economia local de uma política fiscal mais atrativa para famílias e empresas, fica assim e uma vez mais por provar, face à irredutibilidade da câmara cdu/psd em admitir sequer qualquer desconto ou abate à sua coleta. -----

-----Sim, porque reduzir 100m€, aplicando o IMI familiar a “meio caminho” do máximo previsto na lei, cujo alcance é de facto muito duvidoso, numa receita global prevista de 16,5M€, é de facto ser irredutível.

-----Mais grave ainda é ter-se mesmo chegado a dizer que, temendo ser apontada como uma das poucas câmaras a não o aplicar, até admitia ter de subir a taxa geral para o poder fazer. Isto seria o limite do absurdo, num momento em que são conhecidas as imensas dificuldades porque passam a generalidade das famílias, ainda com, ou já sem dependentes ou ascendentes a cargo. Não se deixando aqui de considerar que, grande parte dos proprietários, são-no da sua própria habitação e residência familiar permanente. -----

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O recurso ao PAEL, medida também algo controversa mas que acabou por forçar uma certa disciplina orçamental, a constituição de reservas para o FAM, bem como a lei dos compromissos, dificultam o normal funcionamento da câmara, mas acabam por ter as suas “virtualidades”, justificando, quanto a nós indevidamente, estas opções que a câmara toma por sua inteira e exclusiva vontade. Sendo certo que a dívida de curto prazo está numa curva de sucesso, isso fica também, ou sobretudo, a dever-se mais ao esforço suplementar que se está a pedir aos contribuintes num momento em que todos reclamam algum alívio e, ao que se sabe, o governo da esquerda agora empossado irá corresponder. -----

-----Detendo-nos agora nos sempre propalados e já estafados aspetos de que “a minha coerência é sempre melhor que a tua” quando tratamos estas matérias, convirá lembrar que a crise económica e financeira que o país hoje vive, a qual não tem paralelo com os anos de gestão municipal do PS, cujas obras, política cultural e situação social, eram diferentes, nunca foram contestadas e promoveram um real desenvolvimento do concelho, aconselharia, para equilibrar a política de austeridade dura e crua do anterior governo de direita, a uma maior consciência social e a medidas de alívio da carga fiscal por parte da autarquia. -----

-----Porque não haja dúvidas, é isto que as pessoas sentem e pensam, já não apenas em relação aos erros do governo, mas também à política de sentido idêntico, promovida pela câmara. As famílias, as pequenas e médias empresas, as instituições da área social e as coletividades de cultura e recreio, não querem que lhes seja imposta mais austeridade e anseiam por que as deixem respirar. E, ao que parece, será isso que o novo governo, do PS com apoio parlamentar do PCP, do BE e do PEV, irá fazer quanto aos rendimentos do trabalho, às pensões e ao IRS. -----

-----Daí o PS ter apresentado na câmara um conjunto de propostas, que passavam por uma baixa de cerca de 800m€ na coleta dos impostos municipais, em vez dos 100m€ aprovados. -----

-----No IMI, com a redução da taxa de 0,4% para 0,39% e a aplicação do IMI familiar pelo máximo; no IRS, propondo devolver aos contribuintes 1% da coleta; e na Derrama, propondo uma isenção integral para as empresas com volume de negócios inferior a 75m€ e uma redução da taxa em 50%, para volume de negócios entre 75 e 150m€. Tudo liminarmente reprovado pela maioria cdu/psd. -----

-----Pelas razões expostas o Grupo Municipal do PS vota contra as 3 propostas relativas aos impostos municipais para 2016.” -----

-----O **Grupo Municipal do MSU** apresentou uma Declaração de Voto (apesar da insistência, a Declaração de Voto não foi entregue nos serviços). -----

-----O **Grupo Municipal do PSD** apresentou a seguinte Declaração de Voto: -----

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----“A atual situação económica e financeira do País, à qual o nosso concelho não é indiferente, tem vindo a afetar essencialmente as famílias com menores capacidades financeiras, ao ponto de lhes provocar dificuldades no pagamento mensal dos encargos com empréstimos bancários para habitação, dos impostos e de outro tipo de responsabilidades mensalidades. -----

-----Tais constrangimentos, inibem também potenciais compradores de adquirirem habitação no Concelho de Sesimbra, situação esta que agrava a crise na área da construção civil, com consequências igualmente graves para toda a economia local incluindo a própria Câmara. -----

-----É fundamental que a Câmara Municipal de Sesimbra esteja sempre atenta ao que se passa à sua volta e entenda os problemas daqueles que mais dificuldades têm. -----

-----Até ao momento a Camara Municipal de Sesimbra arrecadou 12.509 Mil € o que significa que estamos aquém do valor Orçamento 14.400 € que obrigatoriamente vai levar a Camara a ter uma alternativa para fazer face aos compromissos assumidos com o Estado Português no que diz respeito ao PAEL. --- -----

-----A situação financeira em que se encontra o Município de Sesimbra, aliada à adesão da Câmara ao PAEL , deixa o município amarrado a diversas imposições não só no capítulo das receitas mas também na vertente das despesas. -----

-----No entanto e mesmo assim, a Câmara soube ouvir a recomendação dos deputados do PSD em relação ao IMI familiar. -----

-----Da possibilidade desta redução visar 10 % para as famílias com 1 filho, de 15 % para quem tenha 2 filhos e de 20% para os casais com 3 ou mais filhos decidiu a Câmara e bem com o voto do Vereador do PSD Francisco Luis a fixação somente em 50% do percentual previsto. -----

-----Mesmo assim esta redução faz com que o Municípios de Sesimbra decresça as suas receitas próprias em 109 Mil €. -----

-----Podíamos ter uma posição demagógica, embandeirar em políticas ruinsas, podíamos votar contra, mas todas essas posições seriam ir contra a nossa maneira de ser e de estar na politica . Isto é com coerência e responsabilidade. -----

-----No fundo as políticas de coerência e de rigor orçamental que o governo do PSD / CDS têm tido a nível nacional, bem se pode dizer que são seguidas por esta Camara mas de gestão CDU.” -----

-----O **Grupo Municipal do BE** apresentou a seguinte Declaração de Voto conjunta respeitante aos pontos: **“Lançamento de Derrama sobre a Coleta do IRC’2015, a cobrar em 2016; Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares’2016 – Fixação da Taxa; Imposto Municipal sobre Imóveis- Fixação**

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

da Taxa a aplicar em 2015, a cobrar em 2016”:-----

-----“O Bloco de Esquerda apercebe-se e tem a percepção que o executivo Municipal da CDU e PSD, não têm condições para apresentar propostas concretas que aliviem os munícipes do fardo pesado que carregam em impostos e taxas. -----

-----Este executivo Municipal conduziu-nos a compromissos assumidos no empréstimo ao abrigo do PAEL, que obriga a manter o cobrado aos munícipes, valores próximos dos valores máximos. E este é um facto que o nosso voto contra em nada iria alterar,-----

-----E o que é absolutamente criticável neste executivo, foram as decisões governativas que nos trouxeram a este estado de coisas. A demorada leitura da realidade e a assunção ao longo dos anos que as receitas municipais iam continuar a crescer apesar da crise que assolou o país, a Europa e o mundo, foram de um autismo e duma demagogia que fez disparar a dívida do município e que obrigou à contração do dito empréstimo ao abrigo do PAEL. Que transformou dívida do curto prazo em dívida de médio e longo. E para que conste em ata, a essa forma de gestão assente nas receitas da especulação e do crescimento desregrado do imobiliário, e que sempre o Bloco de Esquerda votou contra.-----

-----Não deixa de ser triste que quando o governo que mais direitos tirou aos cidadãos se decide a criar algum mecanismo de aligeiramento, em face das decisões passadas o município de Sesimbra se veja impossibilitado de acompanhar essa diminuição da carga sobre os seus munícipes. Neste caso e em termos comparados, os munícipes de Sesimbra saem a perder. -----

-----Para que conste, as empresas do concelho pagarão a derrama máxima, as famílias com filhos só poderão usufruir de metade da majoração proposta pelo governo, nada do IRS cobrado poderá ser devolvido e a taxa de IMI não poderá ser reduzido em função política nacional feita contra o poder local, mas também e quiçá sobretudo em face das erradas decisões tomadas no passado pelo executivo municipal. -----

-----Ainda não ouvimos do executivo Municipal de Sesimbra, um emendar de mão, pela escolha do caminho que decidiram seguir e, que conduziu os munícipes a uma situação de não poder contar com um alívio na sua já muito difícil situação. De aumento de impostos, cortes nos salários e pensões, aumento significativo da pobreza, do desemprego e trabalho precário, para onde foram atirados nestes últimos 4 anos por um governo que nunca pensou nas pessoas.-----

-----O Bloco de Esquerda perante as contingências impostas pelo empréstimo ao abrigo do PAEL, abstêm-se nas votações: das propostas do executivo sobre o IMI, Derrama e IRS.” -----

-----O **Deputado Mendes Dias** apresentou a seguinte Declaração de Voto, a título pessoal:-----

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----“Votei favoravelmente as propostas apresentadas pelo Governo de Esquerda da CDU da Câmara Municipal de Sesimbra, apoiado pela Coligação de Direita “Abraçar Sesimbra” porque elas são coerentes e o reflexo daquilo que deve ser uma gestão cuidada, isenta e com rigor do que é público e do que é essencial para os Sesimbrenses.”-----

-----O Deputado sugeriu ainda que no próximo ano esta matéria fosse votada em conjunto e não individualmente. -----

-----A **Presidente da AMS** disse que os munícipes presentes estavam um pouco desmotivados devido ao adiantar das horas mas salientou que a sua participação nas Assembleias Municipais era importante para que houvesse uma maior perceção das posturas ideológicas e partidárias sobre as várias matérias.

-----Foi dado início ao ponto 4 da Ordem de Trabalhos: **“Taxa Municipal de Direitos de Passagem’2016 – Fixação”**. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou, **por unanimidade**, sob proposta da Câmara Municipal, fixar o percentual de 0,25% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano de 2016. -- -----

-----O **Grupo Municipal do PSD** apresentou a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“A Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2016, incide sobre a utilização e aproveitamento dos bens de domínio público e privado municipal das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, incide sobre os clientes finais do Município de Sesimbra-----

-----A percentagem máxima permitida por lei é de 0,25% da respetiva fatura.-----

-----Apesar dos valores em causa face ao seu Orçamento serem irrisórios para o Município de Sesimbra, falamos de 15.772,00 € no ano de 2014 e 24.584,91 € durante o período de 1 de Janeiro a 14 de Outubro de 2015.-----

-----Mesmo assim e face aos compromissos assumidos por esta Autarquia, não estamos em condições de prescindir desta verba.-----

-----Por tal fato votamos favoravelmente.”-----

-----A **Presidente da AMS** prosseguiu os trabalhos e disse que o conjunto dos dez pontos (entre o 5º e o 14º) era respeitante à deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da CMS, dos requerimentos apresentados cuja apreciação seria realizada de forma colectiva ainda que a votação seria depois feita de forma individualizada para cada um dos pontos uma vez que cada um dos requerimentos teria a respetiva certidão.-----

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da CMS** que disse ser do conhecimento de todas as bancadas que a Câmara Municipal deliberara por unanimidade em relação a todos os casos presentes a votação. Disse que dos processos apresentados, houvera apenas um que a Autarquia entendera não reconhecer esse interesse público não tendo sido submetido a deliberação da Assembleia Municipal.-----

-----Referiu ser dispensada a análise de todos os casos porque já houvera a necessidade de o ter feito nas reuniões de Comissão com a explicação pormenorizada dos critérios aplicados, pelo que as bancadas estariam em condições de votar ou ainda discutir a matéria. -----

-----A **Presidente da Assembleia Municipal** informou que todas as questões referentes a estas matérias haviam sido devidamente esclarecidas numa reunião ocorrida no dia 17 de novembro na qual o Presidente da Câmara tivera oportunidade de fazer um esclarecimento às questões colocadas pelos diferentes Grupos Políticos mas sem que tivesse existido um sentido de voto expresso.-----

-----Tomou o uso da palavra o **Deputado Nuno Nabais** que felicitou a presença dos elementos das entidades e alertou que o espírito deste Procedimento de Regularização era sobretudo para a melhoria do seu desempenho, em particular a nível ambiental para a criação de projectos de investimento, proporcionando a criação de postos de trabalho, o que seria uma mais-valia para o Concelho.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Mendes Dias** que disse que independentemente da votação por unanimidade já feita pela CMS e da possibilidade da Assembleia Municipal também o vir a fazer, não seria um dado adquirido que todos estes pedidos de interesse público municipal fossem concluídos com sucesso. Disse que todos faziam votos para que nos próximos passos a dar se concretizasse esse interesse público para estas empresas e empreendedores que conseguiam desenvolver uma actividade económica em Sesimbra.-----

-----A **Presidente da AMS** deu início à votação dos restantes pontos da Ordem de Trabalhos com a votação do 5º Ponto da Ordem de Trabalhos: **“Atividade pecuária/exploração agrícola – Beco do Casal do Castelo, 6 – Corredoura – pedido de regularização da exploração – reconhecimento de interesse público municipal – Gil António Bravo Filipe da Silva”**.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade**, sob proposta da Câmara Municipal, reconhecer o interesse público municipal na regularização da exploração de Gil António Bravo Filipe da Silva, no lugar denominado Facho de Santana, freguesia do Castelo, deste concelho, com os seguintes fundamentos elencados na proposta: -----

-----“a) *A pecuária exercida com base num sistema silvo pastoril é uma atividade tradicional na zona rural do Concelho e a sua manutenção é um fator identitário de várias localidades da freguesia do Castelo;*

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----b) Esta atividade é de elevada importância económica para o Concelho de Sesimbra e para Região de Setúbal pela sua comprovada relevância para o sector alimentar de fabrico e distribuição do Queijo de Azeitão-DOP (Denominação de Origem Protegida), cuja produção e especificidades assentam nas características próprias do leite desta região; -----

-----c) A atividade exercida pelo requerente é igualmente significativa para garantir a singularidade e qualidade dos laticínios do Concelho (queijo fresco, requeijão e queijo seco), na medida em que é um fator diferenciador da produção local e simultaneamente valoriza a atividade das empresas que direta ou indiretamente criam mais-valias através da sua comercialização nos vários certames, mercados locais de produtores, estabelecimentos comerciais e de restauração do Concelho, assumindo assim um valor económico com impacto especial no turismo e de um modo geral em toda a economia local; -----

-----d) A continuação da atividade é fundamental para a biodiversidade, uma vez que mantém os solos agrícolas em boas condições (redução do risco de erosão), produz matérias-primas para fertilização dos solos, reduz o risco de incêndios e garante raças de elevado valor genético para a região; -----

-----e) Importa preservar os patrimónios genéticos da região (animal e vegetal) e muitos dos sistemas tradicionais de produção – fatores de enriquecimento – suscetíveis de conferir identidade própria aos nossos produtos, irrepetível noutros espaços, ou seja, a nossa diferença; -----

-----f) A regularização da exploração pode ser um impulso à melhoria da qualidade das instalações e ao desenvolvimento de projetos de investimento que assegurem o crescimento sustentável do negócio.”

-----Em seguida foi votado o 6º Ponto: **“Atividade pecuária/exploração agrícola – Azoia – pedido de regularização da exploração – reconhecimento de interesse público municipal – Jorge Artur Santos Pinhal.”** -----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade**, sob proposta da Câmara Municipal, reconhecer o interesse público municipal na regularização da exploração de Jorge Artur Santos Pinhal, sito no lugar denominado Azoia, freguesia do Castelo, deste concelho, com os seguintes fundamentos elencados na proposta:-----

-----“a) A pecuária exercida com base num sistema silvo pastoril é uma atividade tradicional na zona rural do Concelho e a sua manutenção é um fator identitário de várias localidades da freguesia do Castelo;

-----b) Esta atividade é de elevada importância económica para o Concelho de Sesimbra e para Região de Setúbal pela sua comprovada relevância para o sector alimentar de fabrico e distribuição do Queijo de Azeitão-DOP (Denominação de Origem Protegida), cuja produção e especificidades assentam nas características próprias do leite desta região; -----

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----c) *A atividade exercida pelo requerente é significativa para garantir a singularidade e qualidade dos lacticínios do Concelho (queijo fresco, requeijão e queijo seco), na medida em que é um fator diferenciador da produção local e simultaneamente valoriza a atividade das empresas que direta ou indiretamente criam mais-valias através da sua comercialização nos vários certames, mercados locais de produtores, estabelecimentos comerciais e de restauração do Concelho, assumindo assim um valor económico com impacto especial no turismo e de um modo geral em toda a economia local;* -----

-----d) *A continuação da atividade é fundamental para a biodiversidade, uma vez que mantém os solos agrícolas em boas condições (redução do risco de erosão), produz matérias-primas para fertilização dos solos, reduz o risco de incêndios e garante raças de elevado valor genético para a região;* -----

-----e) *Importa preservar os patrimónios genéticos da região (animal e vegetal) e muitos dos sistemas tradicionais de produção – fatores de enriquecimento – suscetíveis de conferir identidade própria aos nossos produtos, irrepetível noutros espaços, ou seja, a nossa diferença;*-----

-----f) *A regularização da exploração pode ser um impulso à melhoria da qualidade das instalações e ao desenvolvimento de projetos de investimento que assegurem o crescimento sustentável do negócio.”*

-----Foi votado o 7º Ponto da Ordem de Trabalhos: **“Atividade pecuária/exploração agrícola – Rua Cidade Goa – Caixas – pedido de regularização da exploração – reconhecimento de interesse público municipal – Paulo Manuel Gonçalves Almeida”**.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade**, sob proposta da Câmara Municipal, reconhecer o interesse público municipal na regularização da exploração de Paulo Manuel Gonçalves Almeida, sito no lugar denominado Caixas, freguesia do Castelo, deste concelho, com os seguintes fundamentos elencados na proposta: -----

-----“Assim, considerando que: -----

-----a) *A pecuária exercida com base num sistema silvo pastoril é uma atividade tradicional na zona rural do Concelho e a sua manutenção é um fator identitário de várias localidades da freguesia do Castelo;*

-----b) *Esta atividade é de elevada importância económica para o Concelho de Sesimbra e para Região de Setúbal pela sua comprovada relevância para o sector alimentar de fabrico e distribuição do Queijo de Azeitão-DOP (Denominação de Origem Protegida), cuja produção e especificidades assentam nas características próprias do leite desta região;*-----

-----c) *A atividade exercida pelo requerente é igualmente significativa para garantir a singularidade e qualidade dos lacticínios do Concelho (queijo fresco, requeijão e queijo seco), na medida em que é um fator diferenciador da produção local e simultaneamente valoriza a atividade das empresas que direta ou*

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

indiretamente criam mais-valias através da sua comercialização nos vários certames, mercados locais de produtores, estabelecimentos comerciais e de restauração do Concelho, assumindo assim um valor económico com impacto especial no turismo e de um modo geral em toda a economia local; -----

-----d) A continuação da atividade é fundamental para a biodiversidade, uma vez que mantém os solos agrícolas em boas condições (redução do risco de erosão), produz matérias-primas para fertilização dos solos, reduz o risco de incêndios e garante raças de elevado valor genético para a região; -----

-----e) Importa preservar os patrimónios genéticos da região (animal e vegetal) e muitos dos sistemas tradicionais de produção – fatores de enriquecimento – suscetíveis de conferir identidade própria aos nossos produtos, irrepetível noutros espaços, ou seja, a nossa diferença; -----

-----f) A regularização da exploração pode ser um impulso à melhoria da qualidade das instalações e ao desenvolvimento de projetos de investimento que assegurem o crescimento sustentável do negócio.”

-----A Deputada Ana Paula Piedade não participou na votação por se encontrar ausente da sala.-----

-----Foi votado o 8º Ponto da Ordem de Trabalhos: **“Atividade pecuária/exploração agrícola – Quinta da Queimada – Aiana de Cima – pedido de regularização do estabelecimento – reconhecimento de interesse público municipal – Sesinando Polido Marques”**. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade**, sob proposta da Câmara Municipal, reconhecer o interesse público municipal na regularização da exploração de Sesinando Polido Marques, sito no lugar denominado Aiana de Cima, freguesia do Castelo, deste concelho, com os seguintes fundamentos elencados na proposta: -----

-----“a) A pecuária exercida com base num sistema silvo pastoril é uma atividade tradicional na zona rural do Concelho e a sua manutenção é um fator identitário de várias localidades da freguesia do Castelo;

-----b) Esta atividade é de elevada importância económica para o Concelho de Sesimbra e para Região de Setúbal pela sua comprovada relevância para o sector alimentar de fabrico e distribuição do Queijo de Azeitão-DOP (Denominação de Origem Protegida), cuja produção e especificidades assentam nas características próprias do leite desta região; -----

-----c) A atividade exercida pelo requerente é igualmente significativa para garantir a singularidade e qualidade dos lacticínios do Concelho (queijo fresco, requeijão e queijo seco), na medida em que é um fator diferenciador da produção local e simultaneamente valoriza a atividade das empresas que direta ou indiretamente criam mais-valias através da sua comercialização nos vários certames, mercados locais de produtores, estabelecimentos comerciais e de restauração do Concelho, assumindo assim um valor económico com impacto especial no turismo e de um modo geral em toda a economia local; -----

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----d) *A continuação da atividade é fundamental para a biodiversidade, uma vez que mantém os solos agrícolas em boas condições (redução do risco de erosão), produz matérias-primas para fertilização dos solos, reduz o risco de incêndios e garante raças de elevado valor genético para a região;* -----

-----e) *Importa preservar os patrimónios genéticos da região (animal e vegetal) e muitos dos sistemas tradicionais de produção – fatores de enriquecimento – suscetíveis de conferir identidade própria aos nossos produtos, irrepetível noutros espaços, ou seja, a nossa diferença;* -----

-----f) *A regularização da exploração pode ser um impulso à melhoria da qualidade das instalações e ao desenvolvimento de projetos de investimento que assegurem o crescimento sustentável do negócio.”*

-----Em seguida foi votado o 9º Ponto da Ordem de Trabalhos: **“Estabelecimento de rações – Zambujal – pedido de regularização do estabelecimento – reconhecimento de interesse público municipal – Vitor Pereira, Ld.ª”**-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade**, sob proposta da Câmara Municipal, reconhecer o interesse público municipal na regularização do estabelecimento industrial de Vitor Pereira Rações, Unipessoal, Lda, sito no lugar denominado Zambujal, freguesia do Castelo, deste concelho, com os seguintes fundamentos elencados na proposta: -----

-----“a) *A localização geográfica do Concelho de Sesimbra dificulta a atratividade à fixação de indústrias, já que, situando-se na ponta sudoeste da península de Setúbal, não é atravessado por um eixo de acessibilidades de nível nacional, à exceção da freguesia da Quinta do Conde;* -----

-----b) *Esta circunstância limita a procura do Concelho para este tipo de atividade e consequentemente é do interesse municipal preservar o tecido industrial existente, sobretudo, quando relevante para a diversificação económica, para o aumento da empregabilidade e incremento e desenvolvimento de outros sectores no Concelho;*-----

-----c) *Na atual conjuntura económica e social é importante aumentar os níveis de empregabilidade no Concelho como forma de conter os fluxos migratórios da população, de captar novos residentes e nos movimentos pendulares, aumentar as entradas e reduzir as saídas do Concelho;* -----

-----d) *A empresa Vitor Pereira Rações, Unipessoal, Lda encontra-se estabelecida e a laborar no Zambujal há mais de 30 anos, na envolvente de um moinho de moagem com cerca de 40 anos;*-----

-----e) *A atividade industrial da empresa é a produção de alimentos para animais (rações) e é a única no Concelho a laborar na produção de alimentos simples e compostos para animais e uma das cinco que existem em todo o Distrito;*-----

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----f) O volume de negócios que apresenta é muito significativo no quadro geral das empresas com expressão no território municipal, atingindo anualmente um considerável valor de produção de bens; ----

-----g) Teve sempre a mesma localização; -----

-----h) O objeto principal da sua produção está associado à atividade da pecuária, que é um sector com tradição na zona rural do Concelho, neste momento responsável por produtos tipicamente locais e de origem da região como é o caso do queijo de azeitão. -----

-----i) A qualidade das rações, bem como a proximidade do fornecedor, é um fator determinante para a continuidade da atividade da pecuária exercida de modo artesanal e valorização dos seus produtos; ---

-----j) A empresa perspetiva o alargamento da sua atividade, designadamente através da produção de rações para animais de companhia, aumentando assim o já considerável volume de vendas, bem como o número de trabalhadores; -----

-----k) A regularização da indústria pode ser um impulso ao desenvolvimento de projetos de investimentos que assegurem o seu crescimento.”-----

-----Foi votado o 10º Ponto da Ordem de Trabalhos: **“Indústria moagem de Sesimbra – Zambujal – pedido de regularização do estabelecimento/instalação – reconhecimento de interesse público municipal – Joaquim Paulo Cunha Pereira”** -----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade**, sob proposta da Câmara Municipal, reconhecer o interesse público municipal na regularização do estabelecimento industrial de Joaquim Paulo Cunha Pereira, sito no lugar denominado Zambujal de Cima, freguesia do Castelo, deste concelho, com os seguintes fundamentos elencados na proposta:-----

-----“a) A localização geográfica do Concelho de Sesimbra dificulta a atividade à fixação de indústrias, já que, situando-se na ponta sudoeste da península de Setúbal, não é atravessado por um eixo de acessibilidades de nível nacional, à exceção da freguesia da Quinta do Conde; -----

-----b) Esta circunstância limita a procura do Concelho para este tipo de atividade e consequentemente é do interesse municipal preservar o tecido industrial existente, sobretudo, quando relevante para a diversificação económica, para o aumento da empregabilidade e incremento e desenvolvimento de outros sectores no Concelho; -----

-----c) Na atual conjuntura económica e social é importante aumentar os níveis de empregabilidade no Concelho como forma de conter os fluxos migratórios da população, de captar novos residentes e nos movimentos pendulares, aumentar as entradas e reduzir as saídas do Concelho; -----

-----d) A Moagem de Sesimbra, explorada pelo requerente, é uma indústria de cariz familiar e que se

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

encontra a laborar no Concelho há mais de 50 anos, tendo sido instalada na envolvente de um moinho de moagem;-----

-----e) O volume de negócios que apresenta é muito significativo no quadro geral das empresas com expressão no território municipal;-----

-----f) Teve sempre a mesma localização;-----

-----g) A farinha produzida neste estabelecimento industrial é uma matéria-prima muito utilizada na indústria da panificação local, muito contribuindo para a qualidade do pão produzido no Concelho, bem como para a doçaria e gastronomia local;-----

-----h) Um dos sectores estratégicos do Concelho, o turismo, assenta na singularidade e qualidade da nossa gastronomia, sendo por isso fundamental o uso de matéria-prima local como elemento diferenciador dos nossos produtos;-----

-----i) O pão é um produto estratégico e onde o número de produtores é elevado, a qualidade da farinha, bem como a proximidade do fornecedor, é um fator determinante para a continuidade da atividade de panificação exercida de modo artesanal;-----

-----j) A produção de farinha é um negócio em expansão pela importância que tem na gastronomia, que é cada vez mais exigente nas características da farinha que utilizam na confeção de certos produtos;

-----k) A regularização da indústria pode ser um impulso ao desenvolvimento de projetos de investimentos que assegurem o seu o crescimento, designadamente na produção de uma gama mais variada de farinhas.”-----

-----Foi votado o 11º Ponto da Ordem de Trabalhos: “Instalação de centro de transformação de inertes – Herdade da Ribeira do Marchante – Quinta do Conde – pedido de regularização do estabelecimento – reconhecimento de interesse público municipal – Custódio António de Jesus Gaspar”

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria com 23 votos a favor (12 CDU, 6 PS, 2 PSD/CDS-PP, 2 MSU e 1 BE) e 1 abstenção da CDU, do Deputado Rui João Rodrigues, sob proposta da Câmara Municipal, reconhecer o interesse público municipal na regularização do estabelecimento/instalação de Custódio Gaspar, sito na Quinta do Conde, na Herdade da Ribeira do Marchante, freguesia da Quinta do Conde, deste concelho, com os seguintes fundamentos elencados na proposta:-----

-----“a) Na área geográfica do Concelho de Sesimbra não existe qualquer empresa cujo objeto seja a gestão de Resíduos de Construção e Demolição (RCD);-----

-----b) É importante para o sector da construção civil a existência de um centro de receção RCD no Concelho, como forma de reduzir os custos da atividade;-----

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----c) *É igualmente relevante para prevenir o abandono dos RCD a existência no Concelho de uma instalação que os possa receber, uma vez que a distância do local da obra é um fator determinante para o cumprimento do dever de gestão dos RCD;*-----

-----d) *O volume de negócios que apresenta é significativo no quadro geral das empresas com expressão no território municipal;*-----

-----e) *A atividade do requerente está relacionada com um sector de peso no Concelho, a construção civil;*-----

-----f) *A regularização da atividade pode ser um impulso à melhoria da qualidade e desempenho ambiental das instalações da empresa.*”-----

-----Foi votado o 12º Ponto da Ordem de Trabalhos: **”Estabelecimento industrial de vidro acrílico – Zambujal e Aiana de Cima – pedido de regularização do estabelecimento – reconhecimento de interesse público municipal – Dagol, Ld.ª”**-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade**, sob proposta da Câmara Municipal, reconhecer o interesse público municipal na regularização do estabelecimento industrial de DAGOL,SA, sito em Zambujal e Aiana de Cima, freguesia do Castelo, deste concelho, com os seguintes fundamentos elencados na proposta:-----

-----“a) *A localização geográfica do Concelho de Sesimbra dificulta a atratividade à fixação de indústrias, já que, situando-se na ponta sudoeste da península de Setúbal, não é atravessado por um eixo de acessibilidades de nível nacional, à exceção da freguesia da Quinta do Conde;*-----

-----b) *Esta circunstância limita a procura do Concelho para este tipo de atividade e consequentemente é do interesse municipal preservar o tecido industrial existente, sobretudo, quando relevante para a diversificação económica, para o aumento da empregabilidade e incremento e desenvolvimento de outros sectores no Concelho;*-----

-----c) *Na atual conjuntura económica e social é importante aumentar os níveis de empregabilidade no Concelho como forma de conter os fluxos migratórios da população, de captar novos residentes e nos movimentos pendulares, aumentar as entradas e reduzir as saídas do Concelho;*-----

-----d) *A empresa Dagol, SA existe desde 1958 e encontra-se estabelecida no Concelho de Sesimbra há 32 anos, em duas unidades, uma no Zambujal de Cima, outra na Aiana de Cima, sendo que no conjunto de todas as instalações que possui, emprega atualmente 40 trabalhadores;*-----

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----e) *Pese embora a atividade principal seja a da comercialização de produtos em acrílico, a atividade de fabricação de produtos naquele material (CAE secundário), assume uma expressão já considerável, dada a popularidade obtida nos últimos anos;*-----

-----f) *A atividade transformadora resultou de uma estratégia para incrementar e desenvolver a atividade comercial da empresa, permitindo-lhe ser mais competitiva e garantir a manutenção e o aumento da sua quota de mercado com a oferta de produtos inovadores e criativos, e, por isso, constitui um importante suporte à atividade principal;*-----

-----g) *O volume de negócios que apresenta é muito significativo no quadro geral das empresas com expressão no território municipal, sendo mesmo uma das de maior dimensão do Concelho, dimensão que lhe é conferida pelo volume de exportações para vários países e por uma carteira de clientes nacionais na ordem dos 20.000;*-----

-----h) *A forte implementação em mercados internacionais como Espanha, Angola, França, Bélgica, Cabo Verde e Moçambique é um fator de reconhecimento e valorização do sector empresarial do Concelho.*-----

-----i) *A intenção de manter as suas instalações no Concelho foi recentemente reforçada com a transferência da sede da empresa para Sesimbra, em detrimento da capital do país;*-----

-----j) *Esta alteração da sede fortalece a ideia que a empresa quer associar a sua identidade ao Concelho;*-----

-----l) *A regularização do estabelecimento industrial pode ser um impulso importante à concretização de novos projetos de investimento que permitam um ainda maior crescimento da empresa, sobretudo internacionalmente.*”-----

-----O Deputado Manuel José Pereira não participou na votação por se encontrar ausente da sala. ---

-----Foi votado o 13º Ponto da Ordem de Trabalhos: **“Carpintaria e materiais de construção civil – EN 10 Km 21,2 – Quinta do Conde – pedido de regularização – reconhecimento de interesse público municipal – Francisco Lopes & Filhos, Ld.ª”**-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por **maioria**, com 23 votos a favor (12 CDU, 6 PS, 2 PSD/CDS-PP, 2 MSU e 1 BE) e 1 abstenção da CDU, do Deputado Rui João Rodrigues, sob proposta da Câmara Municipal, reconhecer o interesse público municipal na regularização do estabelecimento industrial de Francisco Lopes e Filhos, Lda. sito na EN 10 Km 21,2, na Quinta do Conde, freguesia da Quinta do Conde, deste concelho, com os seguintes fundamentos elencados na proposta:-----

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----“a) A localização geográfica do Concelho de Sesimbra dificulta a atratividade à fixação de indústrias, já que, situando-se na ponta sudoeste da península de Setúbal, não é atravessado por um eixo de acessibilidades de nível nacional, à exceção da freguesia da Quinta do Conde; -----

-----b) Esta circunstância limita a procura do Concelho para este tipo de atividade e conseqüentemente é do interesse municipal preservar o tecido industrial existente, sobretudo, quando relevante para a diversificação económica, para o aumento da empregabilidade e incremento e desenvolvimento de outros sectores no Concelho; -----

-----c) Na atual conjuntura económica e social é importante aumentar os níveis de empregabilidade no Concelho como forma de conter os fluxos migratórios da população, de captar novos residentes e nos movimentos pendulares, aumentar as entradas e reduzir as saídas do Concelho; -----

-----d) A empresa Francisco Lopes e Filhos Lda., encontra-se estabelecida na Quinta do Conde desde a década de 70 do século passado, sendo atualmente parte integrante de um conjunto de 3 empresas que se completam entre si na área da construção civil; -----

-----e) O grupo que a empresa integra emprega atualmente 42 trabalhadores, estando 10 afetos ao estabelecimento industrial explorado pela requerente; -----

-----f) O volume de negócios que o grupo apresenta é muito significativo no quadro geral das empresas com expressão no território municipal; -----

-----g) A atividade da indústria está relacionada com um sector de peso no Concelho, a construção civil; -----

-----h) Foi neste sector que a empresa prosperou e parece continuar a prosperar, embora a construção civil esteja a atravessar um período crítico; -----

-----i) Não obstante a dificuldades do sector a empresa manteve um volume de negócios relevante reorientando a sua estratégia, o que lhe permite atualmente ser fornecedor de grandes superfícies comerciais; -----

-----j) A regularização da indústria pode ser um impulso à melhoria da qualidade e desempenho ambiental das instalações da empresa e ao desenvolvimento de projetos de investimentos que assegurem o seu o crescimento.”-----

-----O Deputado Rui João Rodrigues da CDU apresentou a seguinte Declaração de Voto conjunta respeitante aos pontos 11 e 13 da Ordem de Trabalhos: -----

-----“A minha abstenção se prende-se com o facto de estas empresas se encontrarem em território de REN e de RAN”. -----

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Foi votado o 14º Ponto da Ordem de Trabalhos: **“Fabrico de comboios turísticos – Rua do Pinheiro da Maçã – Maçã – pedido de regularização do estabelecimento – reconhecimento de interesse público municipal – Deltrain, SA”** -----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade**, sob proposta da Câmara Municipal, reconhecer o interesse público municipal na regularização do estabelecimento industrial de DELTRAIN,SA sito na Rua do Pinheiro da Maçã, na Maçã, freguesia do Castelo, deste concelho, com os seguintes fundamentos elencados na proposta: -----

-----“a) *A localização geográfica do Concelho de Sesimbra dificulta a atratividade à fixação de indústrias, já que, situando-se na ponta sudoeste da península de Setúbal, não é atravessado por um eixo de acessibilidades de nível nacional, à exceção da freguesia da Quinta do Conde;* -----

-----b) *Esta circunstância limita a procura do Concelho para este tipo de atividade e consequentemente é do interesse municipal preservar o tecido industrial existente, sobretudo, quando relevante para a diversificação económica, para o aumento da empregabilidade e incremento e desenvolvimento de outros sectores no Concelho;* -----

-----c) *Na atual conjuntura económica e social é importante aumentar os níveis de empregabilidade no Concelho como forma de conter os fluxos migratórios da população, de captar novos residentes e nos movimentos pendulares, aumentar as entradas e reduzir as saídas do Concelho;* -----

-----d) *A Deltrain, SA é uma indústria que está implementada no Concelho desde 1997, encontrando-se numa fase de consolidação como demonstra o seu volume de negócios;* -----

-----e) *O volume de negócios que apresenta é significativo no quadro geral das empresas com expressão no território municipal;* -----

-----f) *Teve sempre a mesma localização;* -----

-----g) *A empresa desenvolve uma atividade singular e única no Concelho e na Região, reconhecida nacional e internacionalmente;* -----

-----h) *O objeto da sua produção, comboios turísticos, está diretamente associado a um sector estratégico para o Concelho de Sesimbra, que é o turismo;* -----

-----i) *Os bens produzidos pela indústria estão presentes em 20 países, o que é um sinal de reconhecimento da singularidade, mas também a qualidade do produto;* -----

-----j) *A visibilidade internacional da empresa pode ser um fator de valorização e divulgação do Concelho além-fronteiras.* -----

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----k) *A regularização da indústria pode ser um impulso à melhoria da qualidade e desempenho ambiental das instalações da empresa e ao desenvolvimento de projetos de investimentos que assegurem o crescimento e a consolidação da empresa no mercado interno e internacional.*-----

-----O **Grupo Municipal do PS** apresentou a seguinte Declaração de Voto conjunta respeitante aos pontos 5,6,7,8,9,10,11,12, 13 e 14 da Ordem de Trabalhos:-----

-----“Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal”-----

-----*Nos 10 processos de regularização de estabelecimentos ou instalações de diversas atividades económicas ao abrigo de legislação especial e transitória, os quais há longa data não se encontravam enquadrados com os instrumentos de gestão territorial em vigor, o que, por um lado, impossibilitava a sua legalização, mas, por outro, atendendo ao emprego e aos negócios gerados na economia local, ia retardando uma resolução negativa de consequências nefastas, os eleitos do PS na AM, votam a favor de todas as propostas apresentadas pela câmara, nos exatos termos de cada uma delas e concordando com os procedimentos estabelecidos.*-----

-----*Fazendo notar que o que está em causa é o suporte à economia local, seja em atividades de grande interesse económico, social e/ou tradicional, serão assim de emitir as necessárias certidões de Reconhecimento de interesse público, pelo município, sem as quais não poderão os requerentes instruir os seus processos de pedido de legalização extraordinária da sua instalação às entidades competentes.*-----

-----O **Grupo Municipal do PSD** apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“O Decreto Lei 165 de 5 de Novembro de 2014, vem permitir o início do processo de legalização de infraestruturas implementadas em zonas de Ren, Ran , ou mesmo em situações que o PDM não permite.

-----*Dos diversos processos apresentados e para que possam prosseguir o seu enquadramento no referido decreto-lei, cabe Assembleia Municipal uma palavra.*-----

-----*Reconhecer o interesse público municipal*-----

-----*E porque a vinda a esta Assembleia trata-se mesmo e somente reconhecer o interesse público municipal e não de outra situação.*-----

-----*Daí o nosso voto favorável.*-----

-----Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o “**Período da Ordem de Trabalhos**”, e foi por consenso, dispensada a leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura.-----

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Seguidamente, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão eram zero horas e quarenta e oito minutos do dia 28 de novembro de 2015. -----

-----Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----

Ata nº 26 – Mandato 2013-2017

Assunto: Ata de reunião Assembleia Municipal
de Sesimbra
AMS-16/00

Página 59 de 59

